

Copel Geração e Transmissão S.A

CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Inscrição Estadual 90.233.068-21

Companhia de Capital Aberto - Categoria "B" - CVM 2474-0

www.copel.com geração@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

ITR

Junho / 2019

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados - Movimento do Segundo Trimestre.....	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes - Movimento do Segundo Trimestre.....	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações do Valor Adicionado.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
1 Contexto Operacional	13
2 Concessões e Autorizações.....	17
3 Base de Preparação	19
4 Principais Políticas Contábeis	20
5 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	22
6 Títulos e Valores Mobiliários	22
7 Clientes	23
8 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	25
9 Ativos de contrato	26
10 Outros Créditos.....	26
11 Tributos	27
12 Despesas Antecipadas	30
13 Partes Relacionadas	31
14 Depósitos Judiciais	32
15 Investimentos.....	33
16 Imobilizado.....	36
17 Intangível	41
18 Obrigações Sociais e Trabalhistas	42
19 Fornecedores.....	42
20 Empréstimos e Financiamentos	43
21 Debêntures	46
22 Benefícios Pós-emprego.....	48
23 Encargos Setoriais a Recolher	50
24 Pesquisa e Desenvolvimento.....	50
25 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	51
26 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	51
27 Outras Contas a Pagar	53
28 Provisões para Litígios e Passivo Contingente.....	53
29 Patrimônio Líquido	58
30 Receita Operacional Líquida	59
31 Custos e Despesas Operacionais	63
32 Resultado Financeiro	68
33 Segmentos Operacionais	69
34 Instrumentos Financeiros.....	72
35 Transações com Partes Relacionadas	82
36 Compromissos	84
37 Seguros.....	84
38 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	84
39 Eventos subsequentes.....	85
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO	86
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	90
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	91
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2019	93
DECLARAÇÃO	94

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balanços Patrimoniais

em 30 de junho de 2019 e 31 dezembro de 2018

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	584.326	473.498	989.555	825.034
Clientes	7	385.369	310.059	470.980	387.183
Dividendos a receber		75.696	127.323	44.766	74.765
Contas a receber vinculadas à concessão	8	56.768	53.177	56.768	53.177
Ativos de contrato	9	80.667	74.129	99.877	85.019
Outros créditos	10	105.604	74.845	111.192	79.538
Estoques		26.451	27.175	26.451	27.175
Imposto de renda e contribuição social		34.469	17.165	45.928	28.648
Outros tributos a recuperar	11.2	34.275	27.405	41.905	33.009
Despesas antecipadas	12	8.801	11.939	10.291	13.217
Partes relacionadas	13	6.955	290.542	6.381	8.047
		1.399.381	1.487.257	1.904.094	1.614.812
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	101.261	97.819	241.656	210.861
Clientes	7	70.000	71.191	70.000	71.191
Depósitos judiciais	14	67.460	67.332	72.226	80.438
Contas a receber vinculadas à concessão	8	1.400.269	1.392.232	1.400.269	1.392.232
Ativos de contrato	9	2.578.832	2.428.442	2.947.573	2.681.993
Outros créditos	10	32.893	36.150	53.245	55.564
Imposto de renda e contribuição social		652	647	652	647
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	-	-	51.542	55.576
Outros tributos a recuperar	11.2	70.230	76.412	70.330	76.500
Despesas antecipadas	12	66	3.180	66	3.180
		4.321.663	4.173.405	4.907.559	4.628.182
Investimentos	15	4.764.476	4.599.283	2.222.889	2.212.270
Imobilizado	16	6.261.535	6.295.114	9.320.682	9.383.845
Intangível	17	83.058	85.694	451.211	440.253
Direito de uso de ativos	26	26.583	-	28.782	-
		15.457.315	15.153.496	16.931.123	16.664.550
TOTAL DO ATIVO		16.856.696	16.640.753	18.835.217	18.279.362

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Balancos Patrimoniais

em 30 de junho de 2019 e 31 dezembro de 2018 (continuação)

em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	18	83.797	70.223	84.432	70.771
Partes relacionadas	13	5.492	7.414	6.858	27.919
Fornecedores	19	250.348	192.045	348.441	341.224
Imposto de renda e contribuição social		134.017	158.907	143.552	169.950
Outras obrigações fiscais	11.2	77.118	90.555	80.539	96.557
Empréstimos e financiamentos	20	771.657	682.706	849.318	737.766
Debêntures	21	926.895	929.543	960.729	950.128
Dividendos a pagar		303.950	368.950	316.238	381.236
Benefícios pós-emprego	22	15.472	14.847	15.472	14.847
Encargos setoriais a recolher	23	7.162	9.544	7.229	9.794
Pesquisa e desenvolvimento	24	76.638	66.221	78.727	66.767
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	5.597	5.045	5.597	5.045
Passivo de arrendamentos	26	10.141	-	10.562	-
Outras contas a pagar	27	22.072	44.071	29.736	51.854
		2.690.356	2.640.071	2.937.430	2.923.858
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	13	-	-	4.149	-
Fornecedores	19	47.821	9.934	81.111	35.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	142.836	122.730	152.878	138.625
Outras obrigações fiscais	11.2	169.594	165.474	173.946	169.648
Empréstimos e financiamentos	20	1.198.692	1.230.709	2.107.094	2.080.741
Debêntures	21	2.266.208	2.588.550	2.823.078	2.836.251
Benefícios pós-emprego	22	256.991	252.111	257.477	252.561
Pesquisa e desenvolvimento	24	43.774	54.242	62.440	72.908
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	43.173	42.987	43.173	42.987
Passivo de arrendamentos	26	17.014	-	18.852	-
Outras contas a pagar	27	25.189	24.379	51.113	50.364
Provisões para litígios	28	571.943	597.602	608.841	616.144
		4.783.235	5.088.718	6.384.152	6.295.277
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível ao acionista da empresa controladora					
Capital social	29.1	5.765.226	5.528.226	5.765.226	5.528.226
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	237.000	-	237.000
Ajustes de avaliação patrimonial	29.2	763.626	796.442	763.626	796.442
Reserva legal		509.888	509.888	509.888	509.888
Reserva de retenção de lucros		1.840.408	1.840.408	1.840.408	1.840.408
Lucros acumulados		503.957	-	503.957	-
		9.383.105	8.911.964	9.383.105	8.911.964
Atribuível aos acionistas não controladores					
	15.2.2	-	-	130.530	148.263
		9.383.105	8.911.964	9.513.635	9.060.227
TOTAL DO PASSIVO		16.856.696	16.640.753	18.835.217	18.279.362

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações de Resultados
 dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	1.760.341	1.732.658	1.943.319	1.763.896
Custos Operacionais	31	(717.004)	(714.312)	(842.311)	(854.539)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.043.337	1.018.346	1.101.008	909.357
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	31	(2.345)	5.793	(2.495)	5.793
Despesas gerais e administrativas	31	(95.309)	(97.067)	(108.125)	(108.084)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	(25.704)	(59.568)	(27.023)	10.877
Resultado da equivalência patrimonial	15	(3.814)	24.425	8.159	82.691
		(127.172)	(126.417)	(129.484)	(8.723)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		916.165	891.929	971.524	900.634
Resultado Financeiro	32				
Receitas financeiras		45.554	24.872	54.238	91.156
Despesas financeiras		(248.268)	(207.184)	(310.186)	(286.806)
		(202.714)	(182.312)	(255.948)	(195.650)
LUCRO OPERACIONAL		713.451	709.617	715.576	704.984
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.3				
Imposto de renda e contribuição social		(222.204)	(242.258)	(236.618)	(252.843)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(20.106)	11.906	(25.550)	9.846
		(242.310)	(230.352)	(262.168)	(242.997)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		471.141	479.265	453.408	461.987
Atribuído ao acionista da empresa controladora		-	-	471.141	479.265
Atribuído aos acionistas não controladores	15.2.2	-	-	(17.733)	(17.278)
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	29.3				
Ações ordinárias		0,08401	0,08740	-	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações de Resultados - Movimento do Segundo Trimestre

para os trimestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	842.317	859.392	941.760	855.964
Custos Operacionais	31	(383.449)	(358.468)	(441.832)	(460.207)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		458.868	500.924	499.928	395.757
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	31	(993)	5.309	(1.143)	5.309
Despesas gerais e administrativas	31	(45.163)	(46.476)	(52.691)	(52.556)
Outras receitas (despesas), líquidas	31	(13.495)	(18.364)	(14.179)	52.227
Resultado da equivalência patrimonial		(7.587)	4.082	(9.254)	37.470
		(67.238)	(55.449)	(77.267)	42.450
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		391.630	445.475	422.661	438.207
Resultado Financeiro	32				
Receitas financeiras		14.799	16.446	21.549	76.362
Despesas financeiras		(130.946)	(104.133)	(163.682)	(156.551)
		(116.147)	(87.687)	(142.133)	(80.189)
LUCRO OPERACIONAL		275.483	357.788	280.528	358.018
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.3				
Imposto de renda e contribuição social		(85.955)	(91.330)	(96.452)	(99.705)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(10.464)	(27.840)	(14.636)	(28.888)
		(96.419)	(119.170)	(111.088)	(128.593)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		179.064	238.618	169.440	229.425
Atribuído aos acionistas da empresa controladora		-	-	179.064	238.618
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(9.624)	(9.193)
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	29.3				
Ações ordinárias		0,03179	0,04059		

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
 dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		471.141	479.265	453.408	461.987
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		471.141	479.265	453.408	461.987
Atribuível ao acionista, da empresa Controladora		-	-	471.141	479.265
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(17.733)	(17.278)

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações de Resultados Abrangentes - Movimento do Segundo Trimestre
 para os trimestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		1º.04.2019	1º.04.2018	1º.04.2019	1º.04.2018
		a 30.06.2019	a 30.06.2018	a 30.06.2019	a 30.06.2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		179.064	238.618	169.440	229.425
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		179.064	238.618	169.440	229.425
Atribuído aos acionistas da empresa Controladora				179.064	238.618
Atribuído aos acionistas não controladores				(9.624)	(9.193)

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 em 30 de junho de 2019 e de 2018
 em milhares de reais

	NE nº	Atribuível ao acionista da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados			
				Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2019		5.528.226	237.000	806.220	(9.778)	509.888	1.840.408	-	8.911.964	148.263	9.060.227
Lucro líquido (prejuízo) do período		-	-	-	-	-	-	471.141	471.141	(17.733)	453.408
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	471.141	471.141	(17.733)	453.408
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	29.2	-	-	(32.816)	-	-	-	32.816	-	-	-
Aumento de capital	37.1	237.000	(237.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2019		5.765.226	-	773.404	(9.778)	509.888	1.840.408	503.957	9.383.105	130.530	9.513.635

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados			
				Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2018		5.459.598	54.829	873.306	7.830	464.846	1.532.687	-	8.393.096	178.480	8.571.576
Ajustes decorrentes da adoção dos CPCs 47 e 48		-	-	-	-	-	-	(148.215)	(148.215)	-	(148.215)
Transferência para a reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	148.215	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2018 ajustado		5.459.598	54.829	873.306	7.830	464.846	1.384.472	-	8.244.881	178.480	8.423.361
Lucro líquido (prejuízo) do período		-	-	-	-	-	-	479.265	479.265	(17.278)	461.987
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	479.265	479.265	(17.278)	461.987
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos		-	-	(33.211)	-	-	-	33.211	-	-	-
Aumento de capital		68.628	(54.829)	-	-	-	-	-	13.799	-	13.799
Saldo em 30 de junho 2018 - rerepresentado		5.528.226	-	840.095	7.830	464.846	1.384.472	512.476	8.737.945	161.202	8.899.147

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		471.141	479.265	453.408	461.987
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		215.532	197.052	289.723	242.776
Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	8.1	(46.105)	(47.853)	(46.105)	(47.853)
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	8.2 e 9	(208.171)	(180.914)	(224.772)	(180.914)
Imposto de renda e contribuição social	11.3	222.204	242.258	236.618	252.843
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3	20.106	(11.906)	25.550	(9.846)
Resultado da equivalência patrimonial	15.1	3.814	(24.425)	(8.159)	(82.691)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	22.4	13.320	12.536	13.356	12.603
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	22.4	19.569	19.138	19.439	19.273
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	24.2	15.073	15.468	15.206	15.468
Depreciação e amortização	31	173.687	132.005	236.566	169.840
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	31.4	26.323	(39.039)	32.671	20.842
Resultado das baixas de imobilizado	16.2	271	2.566	355	2.566
Resultado das baixas de intangíveis	17.2	-	151	9	151
		926.764	796.302	1.043.865	877.045
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		118.878	144.846	125.440	188.847
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		37.768	-	13.716	-
Depósitos judiciais		3.007	10.034	11.650	10.747
Outros créditos		(32.154)	(18.107)	(38.078)	(29.021)
Estoques		724	773	724	773
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(17.309)	(3.134)	(17.269)	(3.223)
Outros tributos a recuperar		1.325	(14.096)	(709)	(16.566)
Despesas antecipadas		6.252	4.499	6.040	4.499
Partes relacionadas		1.879	14.395	1.666	13.215
		120.370	139.210	103.180	169.271
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		13.574	34.004	13.585	33.988
Partes relacionadas		(1.922)	(17.934)	(21.062)	(29.341)
Fornecedores		(736)	(144.075)	(69.335)	(133.358)
Outras obrigações fiscais		(3.399)	(46.566)	(7.324)	(46.971)
Benefícios pós-emprego	22.4	(27.384)	(26.129)	(27.254)	(26.264)
Encargos setoriais a recolher		(2.382)	3.565	(2.632)	3.565
Pesquisa e desenvolvimento	24.2	(17.116)	(17.666)	(17.217)	(17.964)
Contas a pagar vinculadas à concessão	25.1	(1.505)	(2.183)	(1.505)	(2.183)
Outras contas a pagar		(21.144)	(9.875)	(21.742)	390
Provisões para litígios quitadas	28.1.1	(39.878)	(14.668)	(41.035)	(14.668)
		(101.892)	(241.527)	(195.521)	(232.806)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		945.242	693.985	951.524	813.510
Imposto de renda e contribuição social pagos		(247.094)	(129.183)	(263.231)	(133.749)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	20.3	(133.868)	(49.232)	(150.682)	(63.401)
Encargos de debêntures pagos	21.2	(134.566)	(129.155)	(175.216)	(141.085)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	26.2.1	(1.301)	-	(1.399)	-
Encargos de mútuos obtidos com partes relacionadas		-	-	(257)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		428.413	386.415	360.739	475.275

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 (continuação)
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(3.442)	(10.977)	(30.795)	(13.955)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(24.384)	-	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		314.063	-	-	-
Aquisições de controladas - efeito no caixa	1.2.1	-	-	(123.794)	-
Aportes em investimentos	15.1	(216.804)	(392.700)	(40.080)	-
Redução de capital em investidas	15.1	34.300	35.280	34.300	35.280
Aquisições de imobilizado		(130.158)	(152.285)	(149.987)	(723.394)
Aquisições de intangível	17.2	(2.637)	(5.071)	(2.637)	(5.071)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(29.062)	(525.753)	(312.993)	(707.140)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	20.3	666.103	630.000	742.333	630.000
Ingressos de debêntures emitidas	21.2	-	-	360.282	-
Ingressos de mútuos obtidos e outras obrigações com partes relacionadas		-	-	28.558	159.809
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	20.3	(551.573)	(49.659)	(569.661)	(63.752)
Amortizações de principal de debêntures	21.2	(333.333)	(333.333)	(350.520)	(343.040)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	26.2.1	(4.720)	-	(4.839)	-
Amortizações de principal de obrigações com partes relacionadas		-	-	(24.378)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(65.000)	(8.000)	(65.000)	(8.000)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(288.523)	239.008	116.775	375.017
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		110.828	99.670	164.521	143.152
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	473.498	299.234	825.034	554.350
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	584.326	398.904	989.555	697.502
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		110.828	99.670	164.521	143.152

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
 dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018
 em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	1.869.344	1.806.078	2.059.611	1.841.320
Receita de construção	253.302	315.300	274.869	342.283
Outras receitas	384	6.613	408	78.863
Perdas de crédito esperadas	(2.409)	5.755	(2.558)	5.755
	2.120.621	2.133.746	2.332.330	2.268.221
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	20.896	78.992	27.656	78.998
Encargos de uso da rede elétrica	206.212	169.743	231.397	195.008
Material, insumos e serviços de terceiros	60.567	87.469	86.257	107.226
Custo de construção	217.604	315.774	239.776	340.695
Perda de valores ativos	2.417	5.498	2.637	5.498
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	13.116	(80.002)	19.344	(20.146)
Outros insumos / reversões de provisões	32.764	36.853	34.584	38.990
	553.576	614.327	641.651	746.269
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	1.567.045	1.519.419	1.690.679	1.521.952
(-) Depreciação e amortização	173.687	132.005	236.566	169.840
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.393.358	1.387.414	1.454.113	1.352.112
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado da equivalência patrimonial	(3.814)	24.425	8.159	82.691
Receitas financeiras	45.554	24.872	54.238	91.156
Outras receitas	609	639	609	639
	42.349	49.936	63.006	174.486
	1.435.707	1.437.350	1.517.119	1.526.598

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado
 dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 (continuação)
 em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	30.06.2019	%	30.06.2018	%	30.06.2019	%	30.06.2018	%
Pessoal								
Remunerações e honorários	97.055		108.128		101.795		112.310	
Planos previdenciário e assistencial	30.423		29.952		30.860		30.354	
Auxílio alimentação e educação	12.508		11.626		12.702		11.807	
Encargos sociais - FGTS	7.621		7.709		7.911		7.949	
Programa de desligamentos voluntários	-		28.860		-		28.860	
Participação nos lucros e/ou resultados	12.073		8.697		12.073		8.688	
	159.680	11,1	194.972	13,6	165.341	10,9	199.968	13,1
Governo								
Federal								
Tributos	415.368		403.457		443.598		423.240	
Encargos setoriais	105.977		105.667		107.987		106.760	
Estadual	33.623		42.889		34.528		45.096	
Municipal	2.498		1.691		3.054		2.323	
	557.466	38,8	553.704	38,5	589.167	38,8	577.419	37,8
Terceiros								
Juros	244.192		201.309		303.577		277.226	
Arrendamentos e aluguéis	1.348		5.879		3.731		7.755	
Doações, subvenções e contribuições	1.880		2.221		1.895		2.243	
	247.420	17,2	209.409	14,6	309.203	20,4	287.224	18,8
Acionistas								
Lucros retidos	471.141		479.265		471.141		479.265	
Participações de acionistas não controladores	-		-		(17.733)		(17.278)	
	471.141	32,9	479.265	33,3	453.408	29,9	461.987	30,3
	1.435.707	100,0	1.437.350	100,0	1.517.119	100,0	1.526.598	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT, Companhia ou Controladora), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, bairro Mossunguê, Curitiba - PR, é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B”, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Explora o serviço de geração de energia elétrica através de 45 usinas próprias e participação em outras 2 usinas, sendo 20 hidrelétricas, 25 eólicas e 2 termelétricas, com 6.139,7 MW de capacidade instalada e garantia física de 2.870,6 MW médios, além do serviço de transmissão de energia elétrica prestado através de 47 subestações e 6.632 km de linhas próprias e em participação, pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Companhia tem como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte e comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, a Companhia tem participação em consórcios e em sociedades de propósito específico, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

1.1 Participações societárias da Copel

A Copel GeT participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4).

1.1.1 Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
UEG Araucária Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	60,0	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São B)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (NE nº 1.2.1)	Florianópolis/SC	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	99,9	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia

(a) Fase pré-operacional.

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

(a) Fase pré-operacional.

1.1.3 Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação %	
			%	Investidora
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT
Estação Osasco Desenvolvimento Imobiliário S.A.(a)	São Paulo/SP	Incorporação de empreendimentos imobiliários	19,31	UEG

(a) Fase pré-operacional.

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

Empreendimento	Participação %	
	Copel GeT	Demais consorciados
Usina Hidrelétrica Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá (NE nº 16.5)	51,0	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (49,0%)
Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (NE nº 16.5.1)	30,0	Geração Céu Azul S.A (controlada da Neoenergia S.A. (70,0%))

1.2 Combinação de Negócios

1.2.1 Controlada adquirida - Uirapuru

Em março de 2019 a Copel GeT assinou Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS para transferência de 100% das ações da SPE Uirapuru Transmissora de Energia S.A., condicionada à aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Após atendidas as condicionantes, em 28.06.2019 a Copel GeT assumiu o controle da companhia. A SPE Uirapuru opera o Contrato de Concessão de Transmissão nº 002/2005, que corresponde a Linha de transmissão entre o município de Ivaiporã e Londrina, composta por 120 Km de linha de transmissão em 525 kV, com início da operação comercial em 09.07.2006.

A aquisição desse empreendimento gerará sinergia na utilização dos recursos para operação e manutenção, proporcionando diluição de custos operacionais para o grupo.

1.2.1.1 Contraprestação transferida

A combinação de negócio ocorreu com o pagamento de R\$ 133.739, correspondente a 100% das ações da SPE Uirapuru, dos quais R\$ 142 foram pagos em dezembro de 2018 e o restante durante o primeiro semestre de 2019. Considerando o caixa adquirido da controlada no valor de R\$ 9.803, temos o efeito líquido no caixa da Companhia de R\$ 123.936 (R\$ 142 em 2018 e R\$ 123.794 em 2019). O montante pago está suportado pelas projeções dos fluxos de caixa descontados da operação do empreendimento adquirido.

No processo da aquisição- foram identificados os valores justos dos ativos líquidos adquiridos, alocados no investimento, e o valor a título de direito de concessão, alocado no investimento no balanço da Controladora e no intangível no balanço consolidado.

O direito de concessão gerado na combinação de negócio consiste principalmente de sinergias e economias de escala esperadas e será amortizado durante o período remanescente da concessão, cujo vencimento ocorrerá em 04.03 2035.

Contraprestação transferida	Ativos líquidos adquiridos
Valor justo em 28.06.2019	113.709
Percentual da participação transferida	100%
Valor da contraprestação	133.739
Direito de concessão gerado na aquisição	20.030

1.2.1.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição

A Copel GeT mensurou, preliminarmente, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na data da aquisição, conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	Valor justo na data da aquisição
Ativos identificados	146.802	144.593
Caixa e equivalentes	9.803	9.803
Clientes	2.921	2.921
Tributos compensáveis	17	17
Ativos de contrato (a)	133.010	120.213
Outros ativos	1.051	1.051
Impostos diferidos - combinação de negócios	-	10.588
Passivos assumidos	12.540	30.884
Fornecedores	6.115	6.115
Obrigações Trabalhistas	73	73
Tributos a pagar	320	320
Encargos setoriais	1.572	1.572
Impostos diferidos (a)	4.097	4.097
Passivo contingente - combinação de negócios	-	18.344
Outros passivos	363	363
Ativos líquidos adquiridos	134.262	113.709

(a) O valor contábil de ativos de contrato divulgado pela controlada adquirida foi ajustado as práticas da Companhia antes da alocação do valor justo na combinação de negócio.

1.2.1.3 Impacto das aquisições nos resultados consolidados

Caso essa combinação de negócio tivesse sido efetivada em 1º.01.2019, a receita operacional líquida consolidada aumentaria em R\$ 10.792, totalizando R\$ 1.954.111, e o lucro líquido consolidado do exercício aumentaria em R\$ 7.682, totalizando R\$ 461.090. A Administração considera que esses valores *pro forma* representam uma medida aproximada do desempenho consolidado e servem de ponto de referência para comparação em exercícios futuros.

1.2.2 Conclusão de combinação de negócio – Costa Oeste e Marumbi

Em 04.06.2019 a Companhia concluiu a combinação de negócio envolvendo as controladas Costa Oeste e Marumbi, divulgada nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2018.

2 Concessões e Autorizações

Concessões de Geração	Participação %	Vencimento	
CONCESSÕES ONEROSAS PELO DIREITO DE USO DO BEM PÚBLICO - UBP			
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá	51	02.07.2042	
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder (a)	100	16.01.2046	
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	27.02.2046	
Contrato de Concessão nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu (a)	30	30.10.2049	
Contrato de Concessão nº 007/2013			
UHE Apucarantina	100	12.10.2025	
UHE Chaminé	100	16.08.2026	
UHE Derivação do Rio Jordão	100	15.11.2029	
UHE Cavernoso	100	07.01.2031	
CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO			
Contrato de Concessão nº 045/1999			
UTE Figueira (NE nº 34.2.6)	100	26.03.2019	
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia) (NE nº 34.2.6)	100	17.09.2023	
UHE São Jorge	100	03.12.2024	
UHE Guaricana	100	16.08.2026	
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	15.11.2029	
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	04.05.2030	
Autorização - Resolução nº 278/1999 - EOL Palmas	100	28.09.2029	
Despacho nº 182/2002 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH Melissa, CGH Pitangui e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contrato de Concessão nº 002/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	100	05.01.2046	
UHE Marumbi - Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02	100	-	
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - CGH Chopim I (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
UEG Araucária	Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20% da Copel)	60	22.12.2029
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	24.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	30.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	30.05.2046
Nova Eurús IV	Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurús IV	100	26.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	07.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	08.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	08.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	27.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	19.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	31.05.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	18.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste	100	10.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada	100	04.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena	100	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar	100	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru	100	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia	100	04.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I	100	03.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II	100	03.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III	100	03.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I	100	03.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II	100	03.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III	100	03.08.2050
Foz do Chopim	Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	35,77	23.04.2030
PCH Bela Vista	Resolução Autorizativa nº 913/2007 - transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019 (a)	99,9	01.01.2041

(a) Empreendimento em construção.

Usina Hidrelétrica - UHE
 Pequena Central Hidrelétrica - PCH
 Usina Termelétrica - UTE
 Usina Eolielétrica - EOL

Copel GeT	Participação %	Vencimento
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE		
Contrato nº 060/2001 - Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs) - prorrogado pelo 3º Termo Aditivo	100	31.12.2042
Contrato nº 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva	100	16.08.2031
Contrato nº 006/2008 - LT 230 kV Bateias - Pilarzinho	100	16.03.2038
Contrato nº 027/2009 - LT 525 kV Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	100	18.11.2039
Contrato nº 010/2010 - LT 500 kV Araraquara II - Taubaté	100	05.10.2040
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilha III 230/138 kV	100	05.10.2040
Contrato nº 022/2012 - LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim - Salto Osório	100	26.08.2042
Contrato nº 002/2013 - LT 230 kV Assis - Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV	100	24.02.2043
Contrato nº 005/2014 - LT 230 kV Bateias - Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV	100	28.01.2044
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim - Realeza e SE Realeza 230/138 kV	100	04.09.2044
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Assis - Londrina	100	04.09.2044
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau (a)	100	06.04.2046
LT 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza		
LT 230 kV Curitiba Centro - Uberaba (a)		
SE Medianeira 230/138 kV		
SE Curitiba Centro 230/138 kV (a)		
SE Andirá Leste 230/138 kV (a)		
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias		
Costa Oeste Transmissora Contrato nº 001/2012:	100	11.01.2042
LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama		
SE Umuarama 230/138 kV		
Caiuá Transmissora Contrato nº 007/2012:	49	09.05.2042
LT 230 kV Umuarama - Guaíra		
LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte		
SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV		
SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV		
Marumbi Transmissora Contrato nº 008/2012:	100	09.05.2042
LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste		
SE Curitiba Leste 525/230 kV		
Integração Maranhense Contrato nº 011/2012: LT 500 kV Açailândia - Miranda II	49	09.05.2042
Matrinchã Transmissora Contrato nº 012/2012:	49	09.05.2042
LT 500 kV Paranaíba - Cláudia		
LT 500 kV Cláudia - Paranatinga		
LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho		
SE Paranaíba 500 kV		
SE Cláudia 500 kV		
SE Paranatinga 500 kV		
Guaraciaba Transmissora Contrato nº 013/2012:	49	09.05.2042
LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte		
LT 500 kV Rio Verde Norte - Marimbondo II		
SE Marimbondo II 500 kV		
Paranaíba Transmissora Contrato nº 007/2013:	24,5	01.05.2043
LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas		
LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia		
LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2		
Mata de Santa Genebra (a) Contrato nº 001/2014:	50,1	13.05.2044
LT 500 kV Itatiba - Bateias		
LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba		
LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias		
SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV		
SE Itatiba 500 kV		
SE Fernão Dias 500/440 kV		
Cantareira Transmissora Contrato nº 019/2014 - LT - Estreito - Fernão Dias	49	04.09.2044
Urapuru Transmissora Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã - Londrina	100	04.03.2035

(a) Empreendimento em construção.

3 Base de Preparação

3.1 Declarações de conformidade

As informações trimestrais estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 (R1) e IAS 34 - Informações Intermediárias. Conseqüentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2018, que não sofreram modificações no primeiro semestre de 2019, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2018, disponíveis nos *sites* da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da Copel.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das informações trimestrais foi aprovada pela Administração em 14.08.2019.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais são as mesmas divulgadas na NE nº 3.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2018, excetuando a descrita na NE 4.1.1 destas informações semestrais.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Apesar de apresentar, em 30.06.2019, capital circulante líquido negativo a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira, conforme descrito na NE nº 34.2.2. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

4 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2018, exceto as políticas divulgadas no item nº 4.1.

4.1 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2019

4.1.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A adoção da nova norma elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Método de transição

A Companhia aplicou o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer apresentação de informações comparativas. O passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes. Diante do exposto, as informações referentes a exercícios anteriores continuam sendo apresentadas de acordo com a norma anterior.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional, e aplicou o pronunciamento apenas aos contratos vigentes em 1º.01.2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com a CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento prevista para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de até 12 meses), e arrendamentos de ativos de baixo valor, como por exemplo computadores, impressoras e móveis, cujos valores sejam inferiores a R\$ 18. Estes contratos são reconhecidos como custos e/ou despesas operacionais de arrendamento em base linear conforme previsto na norma, durante a vigência do contrato.

A Companhia possui contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica que preveem pagamento mínimo durante o período de estudo/construção e pagamento com base em remuneração variável durante o período de operação comercial. Para os contratos que na data da aplicação da norma estão sujeitos a pagamento mínimo, a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento. Já para os contratos que estão em operação comercial, a Companhia reconhece em sua demonstração de resultado, quando o evento ou a condição é atendida, como arrendamentos e aluguéis, em custos e/ou despesas operacionais.

Uso de julgamento

A Companhia considerou para todos os contratos de arrendamento com partes relacionadas e terceiros, a taxa de juros necessária para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. A taxa adotada pela Companhia considera o custo da última captação realizada, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) somado a um *spread* de risco da Companhia. Na adoção inicial, a taxa utilizada foi de 9,10% a.a. Considerando as movimentações na composição dos contratos, as taxas variam entre 6,78% e 9,10%.

Efeitos na aplicação inicial

Os novos requerimentos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 produziram os seguintes impactos no reconhecimento e apresentação dos contratos de arrendamento e aluguéis.

Demonstrações Financeiras	CPC 06 (R1)/IAS 17	CPC 06 R2/IFRS16
Balanco Patrimonial		
Ativo não circulante	-	Direito de uso de ativos
Passivo circulante e passivo não circulante	-	Passivo de arrendamentos
Demonstração de Resultado		
Custos Operacionais	Arrendamentos e aluguéis	Amortização do direito de uso de ativos
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Arrendamentos e aluguéis	Amortização do direito de uso de ativos
Despesa Financeira	-	Juros sobre o passivo de arrendamentos
Demonstração de Fluxo de Caixa		
Pagamentos de juros de passivos de arrendamentos	-	Atividade operacional
Pagamentos de principal de passivos de arrendamentos	-	Atividade de financiamento

Os efeitos da adoção inicial estão apresentados na NE nº 26.

4.1.2 ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta incerteza.

A Companhia avaliou seus tratamentos de tributos sobre o lucro e concluiu a que aplicação da norma não gerou impacto em seus resultados.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Caixa e bancos conta movimento	15.001	2.459	28.902	16.192
Aplicações financeiras de liquidez imediata	569.325	471.039	960.653	808.842
	584.326	473.498	989.555	825.034

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 75% e 100,8% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 4 a 49 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	52.437	44.924	190.564	155.756
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	95,0% a 101% do CDI	45.275	46.779	47.543	48.989
Operação Compromissada	96,5% a 100% do CDI	3.549	6.116	3.549	6.116
		101.261	97.819	241.656	210.861

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(a) Tratam-se de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

7 Clientes

Controladora	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo	Saldo
				30.06.2019	31.12.2018
Consumidores					
Industrial	-	2.733	8	2.741	12.669
Receita de fornecimento não faturada	66.699	-	-	66.699	59.917
Outros créditos	-	-	266	266	307
	66.699	2.733	274	69.706	72.893
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR	10.778	305	5.433	16.516	13.242
Contratos bilaterais	83.286	1.694	-	84.980	49.252
CCEE (7.1)	30.601	-	189.665	220.266	201.252
Receita de suprimento não faturada	138.068	-	-	138.068	111.484
Regime de cotas e Ressarcimento de geradores	788	92	1.284	2.164	3.777
	263.521	2.091	196.382	461.994	379.007
Encargos de uso da rede elétrica	47.327	670	2.009	50.006	55.604
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	(204)	(1)	(126.132)	(126.337)	(126.254)
	377.343	5.493	72.533	455.369	381.250
				385.369	310.059
				70.000	71.191

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30.06.2019	Saldo 31.12.2018
Consumidores					
Industrial	-	2.733	8	2.741	12.669
Receita de fornecimento não faturada	66.699	-	-	66.699	59.917
Outros créditos	-	-	266	266	307
	66.699	2.733	274	69.706	72.893
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR	15.643	305	5.563	21.511	13.373
Contratos bilaterais	83.286	1.694	-	84.980	49.252
CCEE (7.1)	75.274	-	189.665	264.939	259.672
Receita de suprimento não faturada	168.703	-	-	168.703	127.109
Regime de cotas e Ressarcimento de geradores	788	92	1.284	2.164	3.777
	343.694	2.091	196.512	542.297	453.183
Encargos de uso da rede elétrica	52.170	1.166	2.691	56.027	58.627
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	(204)	(2)	(126.844)	(127.050)	(126.329)
	462.359	5.988	72.633	540.980	458.374
Circulante				470.980	387.183
Não circulante				70.000	71.191

7.1 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber pela Companhia e suas controladas de geração de energia elétrica proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita ou são compensados com liquidações futuras quando o resultado apresentar posição negativa.

A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia vendida da UHE Colíder seja postergada (NE nº 16.4).

Do montante apurado pela CCEE, para a parcela controversa decorrente dos efeitos da liminar pelo excludente de responsabilidade da UHE Colíder, há constituição de perdas de crédito esperadas no valor de R\$ 119.665 (NE nº 7.2).

7.2 Perdas de créditos esperadas

Controladora	Saldo em 1º.01.2019	Adições / (reversões)	Saldo em 30.06.2019
Consumidores			
Industrial	95	(2)	93
	95	(2)	93
Concessionárias e permissionárias			
CCEE (7.1)	119.665	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	6.494	85	6.579
	126.159	85	126.244
	126.254	83	126.337

Consolidado	Saldo em 1º.01.2019	Adições / (reversões)	Saldo em 30.06.2019
Consumidores			
Industrial	95	(2)	93
	95	(2)	93
Concessionárias e permissionárias			
CCEE (7.1)	119.665	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	6.569	723	7.292
	126.234	723	126.957
	126.329	721	127.050

8 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Controladora e Consolidado	30.06.2019	31.12.2018
Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas (8.1)	637.853	625.772
Remensuração do ativo financeiro RBSE (8.2)	751.685	753.826
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (8.3)	67.499	65.811
	1.457.037	1.445.409
	Circulante	56.768
	Não circulante	1.400.269
		53.177
		1.392.232

8.1 Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1º.01.2019	625.772
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(34.024)
Juros efetivos (NE nº 30)	46.105
Em 30.06.2019	637.853

8.2 Remensuração dos ativos RBSE

Em 1º.01.2019	753.826
Transferências para ativos de contrato (NE nº 9)	1.713
Remuneração	47.403
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(51.257)
Em 30.06.2019	751.685

Refere-se ao direito a indenização do Contrato de concessão nº 060/2001 decorrente da Receita Anual Permitida - RAP não recebida no período de janeiro de 2013 a junho de 2017. O saldo é acrescido de atualização monetária e juros remuneratórios.

Em 27.06.2017 a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.258, na qual estabeleceu a RAP para o ciclo tarifário 2017-2018, aplicando decisão judicial de 11.04.2017, relativa à ação movida por três associações empresariais, que determina, em caráter provisório, a exclusão da parcela de "remuneração" prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013. A mesma decisão foi aplicada para os demais ciclos. A remuneração em discussão judicial, concernente ao custo de capital próprio apurada dos ativos RBSE de janeiro de 2013 a junho de 2017 a época do ingresso da ação é de R\$ 201.795.

Pautada na opinião de seus assessores jurídicos, a Copel GeT entende que esta é uma decisão provisória que não se volta contra o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos RBSE e que estes estão assegurados pela lei. Diante disso, os recebíveis considerados no fluxo de recebimento desse ativo estão registrados no ativo não circulante.

8.3 Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1º.01.2019	65.811
Remuneração pela remensuração do fluxo de caixa	213
Reversão de perdas estimadas para redução ao valor recuperável (NE nº 31.4)	1.475
Em 30.06.2019	67.499

9 Ativos de contrato

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2019	2.502.571	2.767.012
Efeito de combinações de negócios (NE nº 1.2)	-	117.942
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão - RBSE (NE nº 8.2)	(1.713)	(1.713)
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(107.799)	(120.075)
Transferências para o imobilizado	(271)	(271)
Transferência de litígios	-	1.243
Remuneração	160.768	177.369
Receita de construção	105.943	105.943
Em 30.06.2019	2.659.499	3.047.450
Circulante	80.667	99.877
Não circulante	2.578.832	2.947.573

10 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Serviços em curso (a)	58.821	51.642	80.106	71.056
Adiantamento a fornecedores (b)	12.367	15.591	18.403	21.471
Alienações e desativações em curso	11.458	11.393	11.516	11.451
Adiantamento a empregados	28.600	7.053	28.621	7.079
Adiantamento para indenizações imobiliárias	5.672	4.244	5.672	4.244
Outros créditos	21.579	21.072	20.119	19.801
	138.497	110.995	164.437	135.102
Circulante	105.604	74.845	111.192	79.538
Não circulante	32.893	36.150	53.245	55.564

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

(b) Adiantamento previsto em cláusula contratual.

11 Tributos

11.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

11.1.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 1º.01.2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 30.06.2019
Ativo não circulante			
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	328.011	4.460	332.471
Provisões para litígios	210.202	1.553	211.755
Benefícios pós-emprego	90.712	1.898	92.610
Perdas de créditos esperadas	44.234	3.358	47.592
Amortização do direito de concessão	33.276	2.203	35.479
Provisão para P&D	24.132	(2.387)	21.745
Provisão para compra de energia	16.427	7.237	23.664
INSS - liminar sobre depósito judicial	14.277	559	14.836
Provisão para perdas tributárias	12.813	(2.020)	10.793
Provisão para participação nos lucros	6.797	(2.513)	4.284
Outros	25.970	437	26.407
	806.851	14.785	821.636
(-) Passivo não circulante			
Contratos de concessão	441.624	53.300	494.924
Custo atribuído ao imobilizado	415.326	(16.905)	398.421
Depreciação acelerada	32.682	-	32.682
Atualização de depósitos judiciais	10.751	350	11.101
Outros	29.198	(1.854)	27.344
	929.581	34.891	964.472
Líquido	(122.730)	(20.106)	(142.836)

Consolidado	Saldo em 1º.01.2019	Reconhecido no resultado	Efeitos de combinação de negócios (NE nº 1.2)	
				Saldo em 30.06.2019
Ativo não circulante				
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	328.011	4.460	-	332.471
Provisões para litígios	213.898	1.553	6.237	221.688
Benefícios pós-emprego	90.712	1.898	-	92.610
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	55.576	(4.034)	-	51.542
Perdas de créditos esperadas	44.234	3.358	-	47.592
Amortização do direito de concessão	33.276	2.203	-	35.479
Provisão para P&D	24.132	(2.387)	-	21.745
Provisão para compra de energia	16.427	7.237	-	23.664
INSS - liminar sobre depósito judicial	14.277	559	-	14.836
Provisão para perdas tributárias	12.813	(2.020)	-	10.793
Provisão para participação nos lucros	6.797	(2.513)	-	4.284
Outros	25.969	437	-	26.406
	866.122	10.751	6.237	883.110
(-) Passivo não circulante				
Contratos de concessão	451.012	53.441	(1.026)	503.427
Custo atribuído ao imobilizado	415.326	(16.905)	-	398.421
Depreciação acelerada	32.682	-	-	32.682
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	15.980	(1.854)	-	14.126
Diferimento de ganho de capital	11.320	-	-	11.320
Atualização de depósitos judiciais	10.751	350	-	11.101
Outros	12.100	1.269	-	13.369
	949.171	36.301	(1.026)	984.446
Líquido	(83.049)	(25.550)	7.263	(101.336)
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	55.576			51.542
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(138.625)			(152.878)

11.1.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2019	128.877	(34.183)	129.276	(38.749)
2020	75.455	(67.384)	84.069	(73.502)
2021	72.935	(67.110)	81.298	(67.898)
2022	62.599	(70.355)	70.712	(70.355)
2023	58.518	(70.894)	64.386	(70.894)
2024 a 2026	154.414	(193.745)	164.795	(193.745)
2027 a 2029	268.838	(460.801)	288.574	(469.303)
	821.636	(964.472)	883.110	(984.446)

11.1.3 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 30.06.2019, a UEG Araucária não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 51.912 por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

11.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	16.468	12.365	16.490	12.364
PIS/Pasep e Cofins a compensar	17.244	14.478	24.842	20.074
Outros tributos a compensar	563	562	573	571
	34.275	27.405	41.905	33.009
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	16.006	16.114	16.006	16.115
PIS/Pasep e Cofins	53.909	60.006	53.909	60.007
Outros tributos a compensar	315	292	415	378
	70.230	76.412	70.330	76.500
Passivo circulante				
ICMS a recolher	258	509	265	981
PIS/Pasep e Cofins a recolher	21.319	18.523	23.078	19.583
IRRF sobre JSCP	-	3.000	-	3.000
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	52.896	64.974	52.896	64.974
Outros tributos	2.645	3.549	4.300	8.019
	77.118	90.555	80.539	96.557
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	43.639	41.995	43.639	41.995
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	-	21.658	-	21.658
TCFRH (a)	125.955	101.821	125.955	101.821
Outros tributos	-	-	4.352	4.174
	169.594	165.474	173.946	169.648

(a) Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e do Aproveitamento de Recursos Hídricos - pagamento suspenso por liminar.

11.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Lucro antes do IRPJ e CSLL	713.451	709.617	715.576	704.984
IRPJ e CSLL (34%)	(242.573)	(241.271)	(243.296)	(239.695)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	(1.282)	8.305	2.774	28.115
Despesas indedutíveis	(1.522)	(387)	(1.564)	(478)
Incentivos fiscais	3.070	2.989	3.070	2.989
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	(17.306)	(14.595)
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	(5.428)	(19.345)
Outros	(3)	12	(418)	12
IRPJ e CSLL correntes	(222.204)	(242.258)	(236.618)	(252.843)
IRPJ e CSLL diferidos	(20.106)	11.906	(25.550)	9.846
Alíquota efetiva - %	34,0%	32,5%	36,6%	34,5%

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018
Lucro antes do IRPJ e CSLL	275.483	357.788	280.528	358.018
IRPJ e CSLL (34%)	(93.664)	(121.649)	(95.380)	(121.727)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	(2.580)	1.389	(3.146)	12.741
Despesas indedutíveis	(1.372)	(203)	(1.404)	(294)
Incentivos fiscais	1.206	1.287	1.206	1.287
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	(10.423)	(7.720)
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	(1.517)	(12.904)
Outros	(9)	6	(424)	24
IRPJ e CSLL correntes	(85.955)	(91.330)	(96.452)	(99.705)
IRPJ e CSLL diferidos	(10.464)	(27.840)	(14.636)	(28.888)
Alíquota efetiva - %	35,0%	33,3%	39,6%	35,9%

12 Despesas Antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Prêmio de risco - Repactuação do Risco Hidrológico (GSF) (12.1)	6.361	9.541	6.361	9.541
Outros	2.506	5.578	3.996	6.856
	8.867	15.119	10.357	16.397
Circulante	8.801	11.939	10.291	13.217
Não circulante	66	3.180	66	3.180

12.1 Repactuação do Risco Hidrológico (GSF)

A composição dos registros em 30.06.2019 é apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado	Saldo em 1º.01.2019	Amor- tização	Transfe- rências	Saldo em 30.06.2019
Prêmio de risco - ativo circulante	6.361	(3.180)	3.180	6.361
Prêmio de risco - ativo não circulante	3.180	-	(3.180)	-
Intangível	31.605	(3.327)	-	28.278
	41.146	(6.507)	-	34.639
Prêmio de risco a amortizar - despesa antecipada	9.541			6.361
Extensão de prazo da outorga - intangível	31.605			28.278

13 Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Ativo circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	434	411	471	411
Controladas				
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	9	11	-	-
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	14	17	-	-
Eólicas				
Contratos de Mútuo (13.1)	-	281.709	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura	588	757	-	-
Entidade sob controle em comum				
Copel Distribuição S.A.	5.807	7.533	5.807	7.533
Copel Renováveis S.A.	7	9	7	9
Copel Telecomunicações S.A.	22	-	22	-
Copel Comercialização S.A.	74	95	74	94
	6.955	290.542	6.381	8.047
Passivo circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel				
Compartilhamento de Infraestrutura	1.864	2.701	2.109	3.106
Entidade sob controle em comum				
Copel Distribuição S.A.	3.628	4.710	4.749	6.151
Copel Renováveis S.A.	-	-	-	18.659
Copel Comercialização S.A.	-	3	-	3
	5.492	7.414	6.858	27.919
Passivo não circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	-	-	4.149	-
	5.492	7.414	11.007	27.919

13.1 Contratos de mútuo com a Copel GET

A Copel GET (mutuante) mantinha contratos de mútuo com suas controladas (mutuárias). O limite aprovado foi de R\$ 301.526, sendo liberado R\$ 299.447, acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 114,5% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios. Em 30.06.2019 todos os contratos de mútuos estão quitados.

Mutuárias	Limite aprovado	Receita financeira		Saldo a receber	
		30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	31.12.2018
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	11.960	288	218	-	12.223
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	11.260	271	199	-	11.501
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	94.754	2.287	1.319	-	80.751
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	10.770	231	125	-	7.956
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	51.350	1.487	1.339	-	50.532
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	75.180	1.996	1.781	-	73.799
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	1.845	33	12	-	1.438
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	10.860	258	181	-	10.972
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	3.650	87	26	-	3.690
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	12.300	287	180	-	12.207
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	4.865	92	28	-	3.943
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	9.010	210	150	-	8.933
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	3.722	88	27	-	3.764
	301.526	7.615	5.585	-	281.709

13.2 Contratos de mútuo com a Companhia Paranaense de Energia - Copel

Em 14.03.2019, foram assinados contratos de mútuo entre a Copel (mutuante) e as usinas eólicas (mutuárias), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa, em 30.04.2019 o mútuo foi quitado.

Consolidado Mutuárias	Limite aprovado	Despesa financeira	
		30.06.2019	30.06.2018
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A	6.177	4	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A	8.077	45	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A	7.529	32	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A	11.854	53	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	45.500	-	1.518
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	92.700	-	2.783
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	92.000	-	3.016
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	40.700	-	1.110
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	110.800	-	3.361
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	9.700	-	267
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	17.400	-	345
	442.437	134	12.400

14 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Fiscais	46.431	44.695	50.718	48.861
Trabalhistas	16.851	17.839	16.870	17.839
Cíveis				
Cíveis	3.069	3.777	3.529	12.717
Servidões de passagem	1.098	1.011	1.098	1.011
	4.167	4.788	4.627	13.728
Outros	11	10	11	10
	67.460	67.332	72.226	80.438

14.1 Depósitos judiciais fiscais

Do saldo apresentado, o montante de R\$ 43.553 em 30.06.2019, (R\$ 41.995 em 31.12.2018) refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo está registrado em Outras Obrigações Fiscais, conforme NE nº 11.2.

15 Investimentos

15.1 Mutações dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2019	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Combinação de negócios (NE nº 1.2)	Saldo em 30.06.2019
Controladas								
UEGA	222.397	(26.599)	12.447	-	-	-	-	208.245
Bela Vista	-	(78)	30.680	-	-	-	-	30.602
São Bento	191.772	(1.830)	-	-	-	-	-	189.942
São Bento - direito de autorização	77.517	-	-	-	(1.415)	-	-	76.102
Cutia	1.032.607	(20.100)	-	-	-	-	-	1.012.507
Cutia - direito de autorização	8.712	-	-	-	(182)	-	-	8.530
Nova Asa Branca I	52.360	4.911	-	-	-	-	-	57.271
Nova Asa Branca I - direito de autorização	48.874	-	-	-	(896)	-	-	47.978
Nova Asa Branca II	50.630	4.735	-	-	-	-	-	55.365
Nova Asa Branca II - direito de autorização	49.336	-	-	-	(901)	-	-	48.435
Nova Asa Branca III	79.715	4.238	-	-	-	-	-	83.953
Nova Asa Branca III - direito de autorização	47.565	-	-	-	(870)	-	-	46.695
Nova Eurus IV	51.335	5.865	-	-	-	-	-	57.200
Nova Eurus IV - direito de autorização	50.376	-	-	-	(923)	-	-	49.453
Santa Maria	70.575	1.928	-	-	-	-	-	72.503
Santa Maria - direito de autorização	26.039	-	-	-	(459)	-	-	25.580
Santa Helena	74.610	1.555	-	-	-	-	-	76.165
Santa Helena - direito de autorização	28.053	-	-	-	(496)	-	-	27.557
Ventos de Santo Uriel	28.708	1.615	-	-	-	-	-	30.323
Ventos de Santo Uriel - direito de autorização	13.190	-	-	-	(233)	-	-	12.957
Costa Oeste	71.949	4.034	-	-	-	-	-	75.983
Costa Oeste - mais valia	1.284	-	-	-	-	-	(899)	385
Costa Oeste - direito de concessão	2.962	-	-	-	(66)	-	45	2.941
Marumbi	117.217	7.753	-	-	-	-	-	124.970
Marumbi - menos valia	(5.531)	-	-	-	-	-	(600)	(6.131)
Marumbi - direito de concessão	1.814	-	-	-	(40)	-	40	1.814
Uirapuru	-	-	-	-	-	(2.424)	134.262	131.838
Uirapuru - menos valia	-	-	-	-	-	-	(20.553)	(20.553)
Uirapuru - direito de concessão	-	-	-	-	-	-	20.030	20.030
	2.394.066	(11.973)	43.127	-	(6.481)	(2.424)	132.325	2.548.640
Empreendimentos controlados em conjunto (15.3)								
Caiuá	74.639	2.632	-	-	-	-	-	77.271
Integração Maranhense	129.684	5.915	-	-	-	-	-	135.599
Matrinchá	673.216	23.558	-	-	-	-	-	696.774
Guaraciaba	356.941	5.797	-	(34.300)	-	-	-	328.438
Paranaíba	160.584	7.704	-	-	-	-	-	168.288
Mata de Santa Genebra	484.262	(59.992)	40.080	-	-	-	-	464.350
Cantareira	317.522	13.759	-	-	-	-	-	331.281
	2.196.848	(627)	40.080	(34.300)	-	-	-	2.202.001
Coligadas								
Foz do chopim	8.227	8.786	-	-	-	(3.178)	-	13.835
	8.227	8.786	-	-	-	(3.178)	-	13.835
Adiantamento para futura aquisição de investimento (NE nº 1.2.1)	142	-	133.597	-	-	-	(133.739)	-
	4.599.283	(3.814)	216.804	(34.300)	(6.481)	(5.602)	(1.414)	4.764.476

Consolidado	Saldo em 1º.01.2019	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Dividendos e JSCP	Combinação de negócios (NE nº 1.2.1)	Saldo em 30.06.2019
Empreendimentos controlados em conjunto (15.2)							
Caiuá	74.639	2.632	-	-	-	-	77.271
Integração Maranhense	129.684	5.915	-	-	-	-	135.599
Matrinchá	673.216	23.558	-	-	-	-	696.774
Guaraciaba	356.941	5.797	-	(34.300)	-	-	328.438
Paranaíba	160.584	7.704	-	-	-	-	168.288
Mata de Santa Genebra	484.262	(59.992)	40.080	-	-	-	464.350
Cantareira	317.522	13.759	-	-	-	-	331.281
	2.196.848	(627)	40.080	(34.300)	-	-	2.202.001
Coligadas							
Estação Osasco Desenvolvimento Imobiliário S.A.(a)	7.053	-	-	-	-	-	7.053
Foz do chopim	8.227	8.786	-	-	(3.178)	-	13.835
	15.280	8.786	-	-	(3.178)	-	20.888
Adiantamento para futura aquisição de investimento (NE nº 1.2.1)	142	-	133.597	-	-	(133.739)	-
	2.212.270	8.159	173.677	(34.300)	(3.178)	(133.739)	2.222.889

15.2 Controladas com participação de não controladores

15.2.1 Informações financeiras resumidas

UEG Araucária	30.06.2019
ATIVO	403.857
Ativo circulante	23.552
Ativo não circulante	380.305
PASSIVO	403.857
Passivo circulante	36.517
Passivo não circulante	41.010
Patrimônio líquido	326.330
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Receita operacional líquida	-
Custos e despesas operacionais	(40.743)
Resultado financeiro	445
Tributos	(4.034)
Prejuízo do período	(44.332)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do período	(44.332)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(27.473)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(23)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	16.595
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10.901)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	21.516
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	10.615
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10.901)

15.2.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	UEG Araucária: 40%
Em 1º.01.2019	148.263
Prejuízo do período	(17.733)
Em 30.06.2019	130.530

15.3 Saldos integrais dos grupos de ativo, passivo e resultado e participação nos compromissos e passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto

	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
30.06.2019							
ATIVO	268.604	479.118	2.265.598	1.220.960	1.594.034	2.501.554	1.478.069
Ativo circulante	29.708	53.432	310.964	151.769	177.513	187.083	168.593
Caixa e equivalentes de caixa	3.870	8.498	116.711	55.446	24.280	54.398	42.925
Outros ativos circulantes	25.838	44.934	194.253	96.323	153.233	132.685	125.668
Ativo não circulante	238.896	425.686	1.954.634	1.069.191	1.416.521	2.314.471	1.309.476
PASSIVO	268.604	479.118	2.265.598	1.220.960	1.594.034	2.501.554	1.478.069
Passivo circulante	27.054	74.881	138.168	68.720	87.834	166.848	58.479
Passivos financeiros	7.390	13.181	75.053	30.611	58.379	80.110	45.831
Outros passivos circulantes	19.664	61.700	63.115	38.109	29.455	86.738	12.648
Passivo não circulante	83.856	127.502	705.442	481.959	819.305	1.407.859	743.505
Passivos financeiros	53.774	85.111	654.320	473.019	598.138	1.234.838	522.948
Outros passivos não circulantes	30.082	42.391	51.122	8.940	221.167	173.021	220.557
Patrimônio líquido	157.694	276.735	1.421.988	670.281	686.895	926.847	676.085
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	12.556	22.406	110.123	57.899	104.139	196.513	69.804
Custos e despesas operacionais	(2.028)	(2.253)	(20.727)	(14.440)	(18.512)	(306.858)	(2.644)
Resultado financeiro	(2.409)	(3.314)	(30.122)	(22.620)	(28.891)	(46.872)	(24.629)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	(2.748)	(4.766)	(11.196)	(9.008)	(25.290)	37.472	(14.449)
Lucro (prejuízo) do período	5.371	12.073	48.078	11.831	31.446	(119.745)	28.082
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	5.371	12.073	48.078	11.831	31.446	(119.745)	28.082
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	77.271	135.599	696.774	328.438	168.288	464.351	331.281

Em 30.06.2019, a participação da Copel GET nos compromissos assumidos dos seus empreendimentos controlados em conjunto equivale a R\$ 19.450 (R\$ 81.263 em 31.12.2018) e nos passivos contingentes equivale a R\$ 43.844 (R\$ 40.324 em 31.12.2018).

15.4 Saldos integrais dos grupos de ativo, passivo e resultado e participação nos passivos contingentes das principais coligadas

Foz do Chopim		30.06.2019
ATIVO		67.256
Ativo circulante		36.262
Ativo não circulante		30.994
PASSIVO		67.256
Passivo circulante		3.733
Passivo não circulante		24.847
Patrimônio líquido		38.676
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida		28.933
Custos e despesas operacionais		(3.500)
Resultado financeiro		362
Provisão para IR e CSLL		(1.232)
Lucro líquido do período		24.563
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente do período		24.563
Participação na coligada - %		35,77
Valor contábil do investimento		13.834

Em 30.06.2019, não há participação da Copel GET em passivos contingentes da sua principal coligada.

16 Imobilizado

16.1 Imobilizado por classe de ativos

Controladora	30.06.2019			31.12.2018		
	Custo	Depreciação acumulada		Custo	Depreciação acumulada	
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.497.949	(4.178.513)	3.319.436	6.321.384	(4.093.350)	2.228.034
Máquinas e equipamentos	3.583.140	(1.699.353)	1.883.787	2.718.177	(1.658.104)	1.060.073
Edificações	2.077.258	(987.182)	1.090.076	1.290.577	(964.019)	326.558
Terrenos	468.443	(19.949)	448.494	340.258	(16.115)	324.143
Veículos e aeronaves	42.950	(39.194)	3.756	42.938	(37.335)	5.603
Móveis e utensílios	9.828	(7.715)	2.113	9.835	(7.660)	2.175
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(829.249)	-	(829.249)	(3.489)	-	(3.489)
(-) Obrigações especiais	(67)	31	(36)	(67)	26	(41)
	12.850.252	(6.931.875)	5.918.377	10.719.613	(6.776.557)	3.943.056
Em curso						
Custo	477.188	-	477.188	3.297.257	-	3.297.257
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(134.030)	-	(134.030)	(945.199)	-	(945.199)
	343.158	-	343.158	2.352.058	-	2.352.058
	13.193.410	(6.931.875)	6.261.535	13.071.671	(6.776.557)	6.295.114

Consolidado	30.06.2019			31.12.2018		
	Custo	Depreciação acumulada		Custo	Depreciação acumulada	
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.497.949	(4.178.513)	3.319.436	6.321.384	(4.093.350)	2.228.034
Máquinas e equipamentos	6.527.235	(2.261.398)	4.265.837	4.067.546	(2.163.768)	1.903.778
Edificações	2.409.521	(1.025.421)	1.384.100	1.431.028	(996.001)	435.027
Terrenos	483.492	(19.949)	463.543	355.307	(16.115)	339.192
Veículos e aeronaves	42.950	(39.194)	3.756	42.938	(37.335)	5.603
Móveis e utensílios	10.195	(7.841)	2.354	10.198	(7.775)	2.423
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(1.051.417)	-	(1.051.417)	(3.489)	-	(3.489)
(-) Obrigações especiais	(67)	31	(36)	(67)	26	(41)
	15.919.858	(7.532.285)	8.387.573	12.224.845	(7.314.317)	4.910.527
Em curso						
Custo	1.103.694	-	1.103.694	5.671.012	-	5.671.012
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(170.585)	-	(170.585)	(1.197.694)	-	(1.197.694)
	933.109	-	933.109	4.473.318	-	4.473.318
	16.852.967	(7.532.285)	9.320.682	16.698.163	(7.314.317)	9.383.845

16.2 Mutação do imobilizado

Controladora	Saldo em	Aquisições/	Depreciação	Baixas	Transfe- rências	Saldo em
	1º.01.2019	Impairment				30.06.2019
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.228.034	-	(82.073)	(1)	1.173.476	3.319.436
Máquinas e equipamentos	1.060.073	-	(46.005)	(176)	869.895	1.883.787
Edificações	326.558	-	(23.237)	-	786.755	1.090.076
Terrenos	324.143	-	(3.834)	-	128.185	448.494
Veículos e aeronaves	5.603	-	(2.097)	(54)	304	3.756
Móveis e utensílios	2.175	-	(127)	(7)	72	2.113
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (16.7)	(3.489)	(13.079)	-	-	(812.681)	(829.249)
(-) Obrigações especiais	(41)	-	5	-	-	(36)
	3.943.056	(13.079)	(157.368)	(238)	2.146.006	5.918.377
Em curso						
Custo	3.297.257	138.380	-	(33)	(2.958.416)	477.188
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (16.7)	(945.199)	(1.512)	-	-	812.681	(134.030)
	2.352.058	136.868	-	(33)	(2.145.735)	343.158
	6.295.114	123.789	(157.368)	(271)	271	6.261.535

Consolidado	Saldo em	Aquisições/	Depreciação	Baixas	Transfe- rências	Saldo em
	1º.01.2019	Impairment				30.06.2019
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.228.034	-	(82.073)	(1)	1.173.476	3.319.436
Máquinas e equipamentos	1.903.778	-	(102.406)	(168)	2.464.633	4.265.837
Edificações	435.027	-	(29.494)	-	978.567	1.384.100
Terrenos	339.192	-	(3.834)	-	128.185	463.543
Veículos e aeronaves	5.603	-	(2.097)	(54)	304	3.756
Móveis e utensílios	2.423	-	(138)	(6)	75	2.354
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(3.489)	(13.079)	-	-	(1.034.849)	(1.051.417)
(-) Obrigações especiais	(41)	-	5	-	-	(36)
	4.910.527	(13.079)	(220.037)	(229)	3.710.391	8.387.573
Em curso						
Custo	5.671.012	177.777	-	(126)	(4.744.969)	1.103.694
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(1.197.694)	(7.740)	-	-	1.034.849	(170.585)
	4.473.318	170.037	-	(126)	(3.710.120)	933.109
	9.383.845	156.958	(220.037)	(355)	271	9.320.682

16.3 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados no imobilizado durante o primeiro semestre de 2019 totalizaram R\$ 2.393, à taxa média de 0,06% a.a. (R\$ 2.430, à taxa média de 0,06% a.a., durante o primeiro semestre de 2018).

16.4 UHE Colíder

Em 09.03.2019 e 07.05.2019, entraram em operação comercial, respectivamente, duas unidades geradoras da usina, conforme Despachos Aneel nº(s) 673/2019 e 1.273/2019, ambas com 100 MW de potência instalada. A terceira e última unidade geradora tem previsão de entrada durante o segundo semestre de 2019.

Em decorrência de caso fortuito e de força maior a usina atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Copel GeT protocolou na Aneel pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia vendida fosse postergado, o qual foi negado pela agência. A Copel GeT então protocolou, em 18.12.2017, ação ordinária com pedido de tutela antecipada junto ao Poder Judiciário, solicitando a reversão da decisão da Agência e, em 06.04.2018, o Tribunal Federal da 1ª Região deferiu integralmente a antecipação de tutela recursal requerida pela Copel GeT no Agravo de Instrumento para isentá-la de quaisquer ônus, encargos ou restrições a direito decorrentes do deslocamento do cronograma de implantação da UHE Colíder.

A energia contratada da usina é de 125 MW médios, sendo que no período entre 01.01.2019 e 30.06.2019 a garantia física apurada representa 71,44 MW médios, face o início parcial da operação comercial, ocorrido a partir de março de 2019. Para os períodos anteriores o contrato foi cumprido conforme descrito a seguir:

- de janeiro de 2015 a maio de 2016, com entrega da energia suspensa em decorrência da liminar obtida pela Administração;
- em junho de 2016, com redução parcial por meio de acordo bilateral;
- de julho de 2016 a dezembro de 2018, com redução da totalidade dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, por meio de acordo bilateral, e com participação no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSD-EN; e
- de janeiro a março de 2019, os contratos firmados em ambiente regulado passaram a estar vigentes novamente, no entanto a entrega de energia continuou suspensa, tendo em vista a liminar obtida pela Administração.

Em virtude do não julgamento do mérito da ação, foram reconhecidos no resultado do semestre os efeitos contratuais tanto da receita, quanto do custo da energia para cobertura de seu lastro.

16.5 Operações em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado referentes às participações da Copel GeT em consórcios estão demonstrados a seguir:

Empreendimento	Participação (%) Copel GeT	Taxa média anual de depreciação (%)	30.06.2019	31.12.2018
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	51,0			
Em serviço			859.917	859.917
(-) Depreciação Acumulada		3,43	(191.273)	(176.546)
Em curso			16.251	22.738
			684.895	706.109
UHE Baixo Iguaçu (16.5.1)	30,0			
Em serviço			695.954	-
(-) Depreciação Acumulada		3,27	(7.585)	-
Em curso			23.606	717.599
			711.975	717.599
			1.396.870	1.423.708

16.5.1 Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - Cebi

A Copel Get detém 30% de participação no Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - Cebi. O consórcio tem o objetivo de construir e explorar o empreendimento denominado Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, com potência instalada de 350,2 MW e garantia física de 171,3 MW médios localizado no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques, e entre a UHE Governador José Richa e o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná. A usina encontra-se 100% em operação comercial, tendo o início da geração comercial das unidades 1 e 2 ocorrido em fevereiro de 2019 e da unidade 3 em abril de 2019.

16.6 Construção do empreendimento eólico Cutia

O empreendimento eólico Cutia, localizado no Estado do Rio Grande do Norte, está dividido em dois grandes complexos:

- Complexo Cutia, composto por sete parques eólicos (Guajiru, Jangada, Potiguar, Cutia, Maria Helena, Esperança do Nordeste e Paraíso dos Ventos do Nordeste), com 180,6 MW de capacidade total instalada e 71,4 MW médios de garantia física. Todos os parques eólicos encontram-se em operação comercial.
- Complexo Bento Miguel: composto por seis parques eólicos (São Bento do Norte I, São Bento do Norte II, São Bento do Norte III, São Miguel I, São Miguel II e São Miguel III) com 132,3 MW de capacidade total instalada e 58,7 MW médios de garantia física. Todos os parques eólicos encontram-se em operação comercial.

16.7 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos do segmento de geração

Em 30.06.2019, os empreendimentos com saldos de *impairment* registrados são os seguintes:

Controladora	Imobilizado			Valor em uso
	Custo	Depreciação	Impairment	
UHE Colíder	2.461.511	(31.638)	(744.930)	1.684.943
Consórcio Tapajós (a)	14.464	-	(14.464)	-
Usinas no Paraná	972.821	(55.099)	(203.885)	713.837
	3.448.796	(86.737)	(963.279)	2.398.780

(a) Projeto em desenvolvimento

Consolidado	Imobilizado			Valor em uso
	Custo	Depreciação	Impairment	
UHE Colíder	2.461.511	(31.638)	(744.930)	1.684.943
Complexo Eólico Cutia	1.249.464	(21.361)	(171.352)	1.056.751
Complexo Eólico Bento Miguel	878.878	(10.354)	(87.372)	781.152
Consórcio Tapajós (a)	14.464	-	(14.464)	-
Usinas no Paraná	972.821	(55.099)	(203.885)	713.837
	5.577.138	(118.452)	(1.222.003)	4.236.683

(a) Projeto em desenvolvimento

No primeiro semestre de 2019 o saldo de *impairment* sofreu as seguintes movimentações:

Controladora	Saldo em	Impairment	Transferência	Saldo em
	1º.01.2019			30.06.2019
Em serviço				
UHE Colíder	-	(13.079)	(699.925)	(713.004)
Usinas no Paraná	(3.489)	-	(112.756)	(116.245)
	(3.489)	(13.079)	(812.681)	(829.249)
Em curso				
UHE Colíder	(731.265)	(586)	699.925	(31.926)
Consórcio Tapajós	(14.464)	-	-	(14.464)
Usinas no Paraná	(199.470)	(926)	112.756	(87.640)
	(945.199)	(1.512)	812.681	(134.030)
	(948.688)	(14.591)	-	(963.279)

Consolidado	Saldo em	Impairment	Transferência	Saldo em
	1º.01.2019			30.06.2019
Em serviço				
UHE Colíder	-	(13.079)	(699.925)	(713.004)
Complexo Eólico Cutia	-	-	(148.512)	(148.512)
Complexo Eólico Bento Miguel	-	-	(73.655)	(73.655)
Usinas no Paraná	(3.489)	-	(112.757)	(116.246)
	(3.489)	(13.079)	(1.034.849)	(1.051.417)
Em curso				
UHE Colíder	(731.265)	(586)	699.925	(31.926)
Complexo Eólico Cutia	(167.875)	(3.477)	148.512	(22.840)
Complexo Eólico Bento Miguel	(84.621)	(2.751)	73.655	(13.717)
Consórcio Tapajós	(14.464)	-	-	(14.464)
Usinas no Paraná	(199.469)	(926)	112.757	(87.639)
	(1.197.694)	(7.740)	1.034.849	(170.586)
	(1.201.183)	(20.819)	-	(1.222.003)

17 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Contratos de concessão/autorização de geração (17.1)	62.312	66.322	430.377	420.754
Outros intangíveis (17.2)	20.746	19.372	20.834	19.499
	83.058	85.694	451.211	440.253

17.1 Contratos de concessão de geração

Controladora	Contrato de concessão (a)
Em 1º.01.2019	66.322
Quotas de amortização - concessão e autorização	(4.010)
Em 30.06.2019	62.312

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

Consolidado	Contrato de concessão (a)	Direito de concessão e autorização	Total
Em 1º.01.2019	66.322	354.432	420.754
Efeitos de combinações de negócios (NE nº 1.2)	-	20.114	20.114
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(4.010)	(6.481)	(10.491)
Em 30.06.2019	62.312	368.065	430.377

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

17.2 Outros intangíveis

Controladora	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2019	7.026	12.346	19.372
Aquisições	-	2.637	2.637
Capitalizações para intangível em serviço	1.476	(1.476)	-
Quotas de amortização (a)	(1.263)	-	(1.263)
Em 30.06.2019	7.239	13.507	20.746

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2019	7.115	12.384	19.499
Aquisições	-	2.637	2.637
Capitalizações para intangível em serviço	1.476	(1.476)	-
Quotas de amortização (a)	(1.293)	-	(1.293)
Baixas	-	(9)	(9)
Em 30.06.2019	7.298	13.536	20.834

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

17.1 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Não foram capitalizados custos de empréstimos, financiamentos e debêntures no intangível durante o primeiro semestre de 2019.

18 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	8.746	15.244	8.913	15.511
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	10.049	8.011	10.151	8.067
	18.795	23.255	19.064	23.578
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida	2	-	79	67
Férias	33.063	26.795	33.352	26.953
Participação nos lucros e/ou resultados	31.468	19.395	31.468	19.395
Programa de desligamentos voluntários	449	777	449	777
Outros	20	1	20	1
	65.002	46.968	65.368	47.193
	83.797	70.223	84.432	70.771

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Energia elétrica	2.139	1.495	105.030	115.726
Materiais e serviços	210.612	136.912	234.728	186.445
Encargos de uso da rede elétrica	85.418	63.572	89.794	74.101
	298.169	201.979	429.552	376.272
Circulante	250.348	192.045	348.441	341.224
Não circulante	47.821	9.934	81.111	35.048

20 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	30.06.2019	31.12.2018
BNDES											
820989.1	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	17.03.2009	179	15.01.2028	Mensal	1,63% acima da TJLP	169.500	101.708	107.326
1120952.1	Copel GeT	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; receita proveniente da prestação de serviços de transmissão.	16.12.2011	168	15.04.2026	Mensal	1,82% acima da TJLP	44.723	22.749	24.344
1220768.1	Copel GeT	Implantação da PCH Cavernoso II.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	28.09.2012	192	15.07.2029	Mensal	1,36% acima da TJLP	73.122	48.641	50.908
13211061	Copel GeT	Implantação da UHE Colíder.		04.12.2013	192	15.10.2031	Mensal	0% e 1,49% acima da TJLP	1.041.155	830.088	844.940
13210331	Copel GeT	Implantação da subestação Cerquilho III.		03.12.2013	168	15.08.2028	Mensal	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	12.039	12.659
15206041	Copel GeT	Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguau Paulista II.		28.12.2015	168	15.06.2030	Mensal	2,42% acima da TJLP	34.265	23.480	24.477
15205921	Copel GeT	Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim C2.	Cessão fiduciária de direitos creditórios.	28.12.2015	168	15.12.2029	Mensal	2,32% acima da TJLP	21.584	14.198	14.832
18205101	Copel GeT	Implantação da UHE Baixo Iguaçu.		22.11.2018	192	15.06.2035	Mensal	1,94% a.a acima da TJLP	194.000	169.002	162.229
14.2.1271.1	Santa Maria		Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.	01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	71.676	47.523	49.336
14.2.1272.1	Santa Helena			01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	82.973	51.565	53.531
11211521	GE Farol	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.	Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	54.100	43.331	45.158
11211531	GE Boa Vista			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	40.050	32.035	33.385
11211541	GE S.B. do Norte			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	90.900	72.652	75.715
11211551	GE Olho D'Água			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	97.000	77.592	80.863
18204611	Cutia		Penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios.	25.10.2018	192	15.07.2035	Mensal	2,04% acima da TJLP	619.405	616.087	517.083
13212221 - A	Costa Oeste	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e a Umarama Sul e implantação da subestação Umarama Sul.		03.12.2013	168	30.11.2028	Mensal	1,95% + TJLP	27.634	20.275	21.291
13212221 - B	Costa Oeste		Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	03.12.2013	106	30.09.2023	Mensal	3,50%	9.086	3.390	3.789
14205851 - A	Marumbi	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.		08.07.2014	168	30.06.2029	Mensal	2,00% + TJLP	33.460	25.916	27.134
14205851 - B	Marumbi			08.07.2014	106	30.04.2024	Mensal	6,00%	21.577	10.941	12.076
										2.223.212	2.161.076
Notas Promissórias	Copel GeT	Pagamento da primeira parcela de debêntures da Copel e reforço de caixa da Copel Get. Pagamento da segunda parcela de amortização da primeira emissão de debêntures da Copel Get e reforço de seu capital de Giro.	Aval da Copel.	12.05.2017	1	12.05.2019	Parcela única	117% do DI	500.000	-	572.419
				09.05.2019	1	05.11.2019	Parcela única	105% do DI	650.000	655.907	-
										655.907	572.419
Banco do Brasil Repasse BNDES											
21/02000-0	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	16.04.2009	179	15.01.2028	Mensal	2,13% acima da TJLP	169.500	101.705	107.324
Total moeda nacional										2.980.824	2.840.819
									Divida bruta	2.980.824	2.840.819
									(-) Custo de transação	(24.412)	(22.312)
									Divida líquida	2.956.412	2.818.507
									Circulante	849.318	737.766
									Não circulante	2.107.094	2.080.741

20.1 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Consolidado		30.06.2019	%	31.12.2018	%
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)					
TJLP	6,26	2.287.862	77,39	2.230.820	79,15
CDI	6,40	654.219	22,13	571.822	20,29
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	14.331	0,48	15.865	0,56
		2.956.412	100,00	2.818.507	100,00
		2.956.412	100,00	2.818.507	100,00

20.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.06.2019	Controladora	Consolidado
2020	56.821	93.498
2021	113.642	186.999
2022	113.642	186.999
2023	113.642	186.804
2024	113.642	184.734
Após 2024	687.303	1.268.060
	1.198.692	2.107.094

20.3 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2019	1.913.415	2.818.507
Ingressos	666.103	742.333
Encargos	72.188	109.203
Variação monetária	4.084	6.712
Amortização - principal	(551.573)	(569.661)
Pagamento - encargos	(133.868)	(150.682)
Em 30.06.2019	1.970.349	2.956.412

20.4 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2018, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.06.2019, todos os demais indicadores e condições acordadas foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá	Ebitda / Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
	Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado (a)	≤ 3,5
	5a Emissão de Notas promissórias	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,5
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações GE Boa Vista S.A. GE Farol S.A. GE Olho D'Água S.A. GE São Bento do Norte S.A.	Contrato de Cessão BNDES BNDES Finem nº 11211531 BNDES Finem nº 11211521 BNDES Finem nº 11211551 BNDES Finem nº 11211541	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia (b)	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,2
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) o indicador financeiro é calculado com os valores de sua controladora (Copel)

(b) o indicador financeiro é calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

21 Debêntures

Empresa	Emissão	Característica	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a	Valor do contrato	Consolidado	
											30.06.2019	31.12.2018
Copel GeT	1ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora	Fidejussória	15.05.2015	3	15.05.2020	Anual	113,0% da taxa DI	1.000.000	336.221	696.593
	2ª				13.07.2016	2	13.07.2019	Anual	121,0% da taxa DI	1.000.000	536.879	517.565
	3ª				20.10.2017	3	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	1.000.000	1.014.685	1.014.685
	4ª	(b)	Resgate antecipado total da 4ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.	Fidejussória	23.07.2018	3	23.07.2023	Semestral	126,0% da taxa DI	1.000.000	1.033.745	1.032.762
	5ª				25.09.2018	5	15.09.2025	Semestral	IPCA + 7,6475%	290.000	303.957	295.448
Brisa Potiguar	2ª	(c)	Implantação de centrais geradoras eólicas	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	TJLP + 2,02%	147.575	123.873	128.242
	2ª	(d)			24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	IPCA + 9,87%a.a.	153.258	138.981	141.069
Cutia	2ª	(b)	Construção e implantação dos Complexos Eólicos Cutia e Bento Miguel	Fidejussória	24.03.2016	192	15.07.2032	Semestral	IPCA + 5,8813% a.a.	360.000	354.963	-
Dívida bruta											3.843.304	3.826.364
(-) Custo de transação											(59.497)	(39.985)
Dívida líquida											3.783.807	3.786.379
Circulante											960.729	950.128
Não circulante											2.823.078	2.836.251

(a) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(b) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

21.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.06.2019	Controladora	Consolidado
2020	330.151	346.846
2021	716.863	751.933
2022	716.863	760.331
2023	386.711	426.820
2024	57.810	96.239
Após 2024	57.810	440.909
	2.266.208	2.823.078

21.2 Mutações das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2019	3.518.093	3.786.379
Ingressos	-	360.282
Encargos e variação monetária	142.909	162.882
Amortização - principal	(333.333)	(350.520)
Pagamento - encargos	(134.566)	(175.216)
Em 30.06.2019	3.193.103	3.783.807

21.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia e suas controladas emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante aos órgãos reguladores.

Em 31.12.2018, as controladas Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A, Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A, Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A, Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A e Ventos de Santo Uriel não atenderam ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de 1,3, ao calcular o índice sem considerar o valor do ressarcimento junto a fornecedores de bens (NE 30.6 - a das Demonstrações Financeiras de 31.12.2018). A Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 28.12.2018, carta do BNDES, com a referência AE/DEENE2 nº 101/2018, não declarando o vencimento antecipado da escritura de debêntures para o ano de 2018. Exceto pelo exposto anteriormente, em 31.12.2018, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos.

Em 30.06.2019, todos os demais indicadores e condições acordadas foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	1ª Emissão de Debêntures 2ª Emissão de Debêntures 3ª Emissão de Debêntures 4ª Emissão de Debêntures 5ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado (a) Índice de cobertura do serviço da dívida	≤ 3,5 ≥ 1,5
Nova Asa Branca I Nova Asa Branca II Nova Asa Branca III Nova Eurus IV Ventos de Santo Uriel	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (b)	≥ 1,2

(a) o indicador financeiro é calculado com os valores de sua controladora (Copel)

(b) o indicador financeiro é calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

22 Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

22.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável – CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Controladora.

22.2 Plano Assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

22.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Planos previdenciários	83	158	83	158
Planos assistenciais	272.380	266.800	272.866	267.250
	272.463	266.958	272.949	267.408
Circulante	15.472	14.847	15.472	14.847
Não circulante	256.991	252.111	257.477	252.561

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Empregados				
Planos previdenciários	9.554	10.351	9.624	10.623
Plano assistencial - pós-emprego	13.320	12.510	13.356	12.569
Plano assistencial - funcionários ativos	10.085	9.170	10.413	9.236
(-) Transferências para imobilizado em curso	(2.618)	(2.208)	(2.618)	(2.208)
	30.341	29.823	30.775	30.220
Administradores				
Planos previdenciários	77	121	79	126
Plano assistencial	5	8	6	8
	82	129	85	134
	30.423	29.952	30.860	30.354

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018
Empregados				
Plano previdenciário	4.474	5.149	4.372	5.272
Plano assistencial - pós-emprego	6.661	6.217	6.678	6.251
Plano assistencial - funcionários ativos	5.247	4.594	5.541	4.628
(-) Transferências para imobilizado em curso	(1.350)	(1.174)	(1.350)	(1.174)
	15.032	14.786	15.241	14.977
Administradores				
Plano previdenciário	51	41	51	44
Plano assistencial	3	3	4	3
	54	44	55	47
	15.086	14.830	15.296	15.024

22.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2019	266.958	267.408
Apropriação do cálculo atuarial	13.320	13.356
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	19.569	19.439
Amortizações	(27.384)	(27.254)
Em 30.06.2019	272.463	272.949

23 Encargos Setoriais a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.748	3.471	1.748	3.471
Reserva global de reversão - RGR	5.414	6.073	5.481	6.323
	7.162	9.544	7.229	9.794

24 Pesquisa e Desenvolvimento

24.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Controladora	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.06.2019	Saldo em 31.12.2018
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	1.964	-	1.964	1.886
MME	-	982	-	982	943
P&D	53.513	-	63.953	117.466	117.634
	53.513	2.946	63.953	120.412	120.463
			Circulante	76.638	66.221
			Não circulante	43.774	54.242

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.06.2019	Saldo em 31.12.2018
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	1.993	-	1.993	1.910
MME	-	996	-	996	953
P&D	74.465	-	63.713	138.178	136.812
	74.465	2.989	63.713	141.167	139.675
			Circulante	78.727	66.767
			Não circulante	62.440	72.908

24.2 Mutações dos saldos de P&D

Controladora	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2019	1.886	943	117.634	120.463
Constituições	6.029	3.015	15.073	15.073
Juros Selic (NE nº 32)	-	-	1.992	1.992
Recolhimentos	(5.951)	(2.976)	(8.927)	(8.927)
Conclusões	-	-	(8.189)	(8.189)
Em 30.06.2019	1.964	982	117.466	120.412

Consolidado	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2019	1.910	953	136.812	139.675
Efeito da combinação de negócio	20	10	1.464	1.494
Constituições	6.082	3.042	6.082	15.206
Juros Selic (NE nº 32)	-	-	2.009	2.009
Recolhimentos	(6.019)	(3.009)	-	(9.028)
Conclusões	-	-	(8.189)	(8.189)
Em 30.06.2019	1.993	996	138.178	141.167

25 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Controladora e Consolidado	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual	Correção		
							30.06.2019	31.12.2018	
(1) UHE Mauá	Copel GeT	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	5,65% a.a.	IPCA	16.927	16.709	
(2) UHE Colíder	Copel GeT	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	IPCA	24.287	23.864	
(3) UHE Baixo Iguaçu	Copel GeT	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	IPCA	7.556	7.412	
(4) UHE Derivação Rio Jordão	Copel GeT	11.07.2013	24.02.2014	02.2019	7,74% a.a.	IPCA	-	47	
							48.770	48.032	
							Circulante	5.597	5.045
							Não circulante	43.173	42.987

Taxa de desconto no cálculo do valor presente

Taxa de desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido, conforme definido no contrato de concessão.

25.1 Mutações de contas a pagar vinculadas à concessão

Controladora e Consolidado	Total
Em 1º.01.2019	48.032
Ajuste a valor presente	(757)
Variação monetária	3.000
Pagamentos	(1.505)
Em 30.06.2019	48.770

26 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

26.1 Direito de uso de ativos

Controladora	Adoção inicial em 1º.01.2019	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 30.06.2019
Imóveis	12.312	387	(2.901)	-	9.798
Veículos	17.524	1.651	(2.390)	-	16.785
	29.836	2.038	(5.291)	-	26.583

Consolidado	Adoção inicial em 1º.01.2019	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 30.06.2019
Imóveis	14.823	461	(3.057)	(274)	11.953
Veículos	17.590	1.651	(2.412)	-	16.829
	32.413	2.112	(5.469)	(274)	28.782

26.2 Passivo de arrendamentos

26.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 1º.01.2019	29.836	32.413
Adições	2.038	2.112
Encargos	1.302	1.401
Pagamento - principal	(4.720)	(4.839)
Pagamento - encargos	(1.301)	(1.399)
Baixas	-	(274)
Em 30.06.2019	27.155	29.414

A taxa de desconto em 30.06.2019 é de 6,784% a.a, aplicada aos contratos iniciados a partir de junho de 2019. Para os demais contratos a taxa de desconto é de 9,10% a.a.

26.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.06.2019	Controladora	Consolidado
2020	5.411	5.478
2021	4.940	5.241
2022	5.036	5.349
2023	1.467	1.774
2024	155	381
Após 2024	5	629
	17.014	18.852

26.3 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 31.6). O saldo de compromissos de arrendamentos aluguéis está demonstrado a seguir:

Consolidado				Total 30.06.2019
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Imóveis	6.543	28.052	169.908	204.503

27 Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	25.170	24.314	25.170	24.314
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	17.639	19.793	17.639	19.793
Cauções em garantia	1.636	1.864	1.638	1.865
Aquisição de investimentos	-	19.462	13.024	32.200
Outras obrigações	2.816	3.017	23.378	24.046
	47.261	68.450	80.849	102.218
Circulante	22.072	44.071	29.736	51.854
Não circulante	25.189	24.379	51.113	50.364

28 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 4.10 das demonstrações financeiras de 31.12.2018 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das informações trimestrais, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

28.1 Provisões para litígios

28.1.1 Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

Controladora	Resultado							Saldo em 30.06.2019
	Saldo em 1º.01.2019	Provisões para litígios		Custo de construção Adições/(Rev.)	Adições/Reversões no ativo	Quitações	Transfe-rências/Outros	
		Adições	Reversões					
Fiscais (a)	5.843	-	(5.391)	-	-	-	4.530	4.982
Trabalhistas (b)	142.873	16.721	-	-	-	(11.074)	-	148.520
Benefícios a empregados (c)	19.254	1.584	(246)	-	-	(827)	-	19.765
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo (d)	190.787	7.571	(3.128)	-	-	(27.968)	-	167.262
Servidões de passagem (e)	96.890	173	(1.923)	6.731	77	-	-	101.948
Desapropriações e patrimoniais (f)	116.048	644	(4.501)	(5.237)	(4.361)	(9)	-	102.584
Ambientais (g)	1.701	47	(49)	-	-	-	-	1.699
	405.426	8.435	(9.601)	1.494	(4.284)	(27.977)	-	373.493
Regulatórias (h)	24.206	977	-	-	-	-	-	25.183
	597.602	27.717	(15.238)	1.494	(4.284)	(39.878)	4.530	571.943

Consolidado	Resultado							Saldo em 30.06.2019
	Saldo em 1º.01.2019	Provisões para litígios		Custo de construção	Adições/ Reversões no ativo	Quitações	Transfe- rências/ Outros	
		Adições	Reversões	Adições/(Rev.)				
Fiscais (a)	16.715	-	(5.391)	-	-	-	22.874	34.198
Trabalhistas (b)	142.888	16.920	-	-	-	(11.074)	-	148.734
Benefícios a empregados (c)	19.254	1.584	(246)	-	-	(827)	-	19.765
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo (d)	190.802	7.571	(3.128)	-	-	(27.968)	-	167.277
Servidões de passagem (e)	104.530	532	(2.555)	6.731	1.320	(1.157)	-	109.401
Desapropriações e patrimoniais (f)	116.048	644	(4.501)	(5.237)	(4.361)	(9)	-	102.584
Ambientais (g)	1.701	47	(49)	-	-	-	-	1.699
	413.081	8.794	(10.233)	1.494	(3.041)	(29.134)	-	380.961
Regulatórias (h)	24.206	977	-	-	-	-	-	25.183
	616.144	28.275	(15.870)	1.494	(3.041)	(41.035)	22.874	608.841

28.1.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) Fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.

O saldo apresentado na coluna de transferências, na Controladora, refere-se ao litígio que estava na rubrica outras obrigações fiscais e que foi reclassificado para a rubrica de Provisões para litígios e, concomitantemente, revertido com contrapartida no resultado, na rubrica de provisões e reversões, com base na nova avaliação dos assessores legais sobre o processo. No saldo consolidado estão contidos, ainda, os valores de passivos contingentes adicionados em decorrência da combinação de negócios.

b) Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de suas controladas, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

c) Benefícios a empregados

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Companhia e de suas controladas contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

d) Cíveis e direito administrativo

Ações que envolvem faturamento, contratos administrativos e multas contratuais e indenizações.

O saldo apresentado na coluna de transferências refere-se ao litígio que estava na rubrica de Fornecedores e que foi reclassificado para a rubrica de Provisões para litígios e, concomitantemente, revertido com contrapartida no resultado, na rubrica de provisões e reversões, com base na nova avaliação dos assessores legais sobre o processo.

A principal ação está descrita a seguir:

Autor: Tradener Ltda.

Valor estimado: R\$ 128.972

A ação popular nº 588/2006 já transitou em julgado e a decisão reconheceu como válida as comissões contratuais devidas pela Companhia à Tradener. Na ação civil pública nº 0000219-78.2003.8.16.0004, ajuizada pelo Ministério Público, também há decisão no sentido da ausência de irregularidades no contrato de comercialização de energia. Diante disso, a Tradener ajuizou ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões.

Situação atual: processo nº 0005990.22.2012.8.16.0004 - a Companhia foi condenada ao pagamento das comissões no valor atualizado de R\$ 107.955, atualizado pelo INPC/IBGE a partir do vencimento das comissões, acrescido de juros de 1% ao mês, contados da citação (31.10.2012) e honorários advocatícios. A Companhia recorreu, porém, em 08.11.2016, o Tribunal negou provimento à apelação. A Companhia opôs recurso de Embargos de Declaração que foi conhecido e parcialmente provido para sanar obscuridade, porém sem alterar o resultado da apelação. A Companhia interpôs Agravo ao Superior Tribunal de Justiça, que foi desprovido. Oposto Embargos de Declaração foi rejeitado. O processo transitou em julgado no dia 21.06.2019 e a Companhia aguarda o início do cumprimento de sentença.

e) Servidões de passagem

As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras).

Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

f) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula etc.).

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros nas áreas de propriedade da Companhia. Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.

As principais ações estão descritas a seguir:

Autor: Proprietário de imóvel

Valor estimado: R\$ 26.428

Ação de desapropriação para construção de subestação de energia elétrica que se discute o valor da indenização.

Situação atual: ação pendente de julgamento em 2º grau de jurisdição.

Autor: Proprietário de imóvel

Valor estimado: R\$ 9.816

Ação de desapropriação de área utilizada para o reservatório da Usina Mauá proposta pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, que a Copel GeT participa com o percentual de 51%, onde se discute o valor da indenização do imóvel que está em parte submerso.

Situação atual: Decisão de segunda instância, houve a interposição de embargos de declaração, os quais ainda não foram julgados. Após o julgamento dos embargos será interposto recurso especial na tentativa de modificar a decisão.

g) Ambientais

Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.

h) Regulatórias

A Companhia discute, nas esferas administrativa e judicial, notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. A principal ação está descrita a seguir:

Autores: Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.

Valor estimado: R\$ 23.461

A Companhia discute ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002, envolvendo as empresas citadas.

Situação atual: aguardando julgamento.

28.2 Passivo contingente

28.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. A seguir, informações sobre a natureza e as potenciais perdas dos passivos contingentes da Companhia e de suas controladas:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Fiscais (a)	74.140	69.979	115.284	105.980
Trabalhistas (b)	49.803	56.248	50.581	57.026
Benefícios a empregados (c)	4.328	4.320	4.328	4.320
Cíveis (d)	480.788	419.121	481.528	422.039
Regulatórias (e)	116.100	110.774	116.100	110.774
	725.159	660.442	767.821	700.139

28.2.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) Fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute sua incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento. A principal ação está descrita a seguir:

Autor(es): Prefeituras Municipais

Valor estimado: R\$ 59.551

Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

Situação atual: aguardando julgamento de defesas em âmbito administrativo ou judicial.

b) Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de suas controladas, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

c) Benefícios a empregados

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Companhia e de suas subsidiárias integrais contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

d) Cíveis

Ações que envolvem, contratos administrativos e multa contratual, indenização, servidões de passagem, desapropriações, patrimoniais e ambientais.

No saldo está contido, ainda, valor relativo a discussão em arbitragem protegida por sigilo e confidencialidade, em fase de instrução probatória, sem decisão proferida.

As principais ações estão descritas a seguir:

Autor: Mineradora Tibagiana Ltda.

Valor estimado: R\$ 182.493

Ação para indenização sobre supostos prejuízos nas atividades da mineradora pelas obras de construção da Usina Mauá, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, do qual a Copel GeT participa com o percentual de 51%, em que se discute judicialmente a validade da autorização de lavra de mineração da Mineradora Tibagiana no local da UHE Mauá e efeitos indenizatórios dela decorrentes.

Situação atual: ação pendente de julgamento em 1º grau de jurisdição.

e) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativas e judiciais notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias.

29 Patrimônio Líquido

29.1 Capital social

O capital social integralizado, em 30.06.2019, monta a R\$ 5.765.226 (R\$ 5.528.226 em 31.12.2018), composto por 5.765.226.052 ações ordinárias sem valor nominal (5.528.226.052 ações em 31.12.2018), pertencentes à Copel.

A 103ª Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital social de R\$ 5.528.226 para R\$ 5.765.226, mediante a capitalização do saldo existente na rubrica de adiantamentos recebidos para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 237.000.

29.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2019	796.442	796.442
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	(49.721)	(49.721)
Tributos sobre a realização dos ajustes	16.905	16.905
Em 30.06.2019	763.626	763.626

29.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	30.06.2019	30.06.2018
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora:		
Ações ordinárias	471.141	479.265
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	5.608.098.980	5.483.529.927
Lucro líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,08401	0,08740

Controladora	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora:		
Ações ordinárias	179.064	238.618
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	5.607.442.490	5.487.240.526
Lucro líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,03193	0,04349

30 Receita Operacional Líquida

Controladora	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 30.06.2019
Fornecimento de energia elétrica	391.013	(35.353)	(8.821)	(8.394)	-	338.445
Industrial	391.013	(35.353)	(8.821)	(8.394)	-	338.445
Suprimento de energia elétrica	1.125.286	(96.280)	-	(24.110)	-	1.004.896
Contratos bilaterais	723.272	(66.902)	-	(16.692)	-	639.678
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	108.879	(3.380)	-	(2.513)	-	102.986
CCEAR (leilão)	212.526	(19.659)	-	(4.905)	-	187.962
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	46.105	-	-	-	-	46.105
Regime de cotas	34.504	(6.339)	-	-	-	28.165
Disponibilidade da rede elétrica	319.407	(24.767)	-	(13.178)	-	281.462
Receita de operação e manutenção - O&M	127.864	(9.915)	-	(5.275)	-	112.674
Receita de juros efetivos	191.543	(14.852)	-	(7.903)	-	168.788
Receita de construção	105.943	-	-	-	-	105.943
Outras receitas operacionais	34.247	(3.044)	-	-	(1.608)	29.595
Arrendamentos e aluguéis (30.1)	609	(54)	-	-	-	555
Renda da prestação de serviços	33.638	(2.990)	-	-	(1.608)	29.040
	1.975.896	(159.444)	(8.821)	(45.682)	(1.608)	1.760.341

CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado

Controladora	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 1º.04.2019 a 30.06.2019
Fornecimento de energia elétrica	199.077	(18.002)	(4.468)	(4.228)	-	172.379
Industrial	199.077	(18.002)	(4.468)	(4.228)	-	172.379
Suprimento de energia elétrica	538.191	(48.591)	-	(11.827)	-	477.773
Contratos bilaterais	382.781	(35.407)	-	(9.016)	-	338.358
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	8.522	75	-	(250)	-	8.347
CCEAR (leilão)	108.542	(10.040)	-	(2.561)	-	95.941
Juros efetivos - bonificação de outorga	20.565	-	-	-	-	20.565
Regime de cotas	17.781	(3.219)	-	-	-	14.562
Disponibilidade da rede elétrica	158.452	(12.635)	-	(7.162)	-	138.655
Receita de operação e manutenção - O&M	65.885	(5.243)	-	(2.959)	-	57.683
Receita de juros efetivos	92.567	(7.392)	-	(4.203)	-	80.972
Receita de construção	41.620	-	-	-	-	41.620
Outras receitas operacionais	13.740	(1.271)	-	-	(579)	11.890
Arrendamentos e aluguéis (30.1)	305	(28)	-	-	-	277
Renda da prestação de serviços	13.435	(1.243)	-	-	(579)	11.613
	951.080	(80.499)	(4.468)	(23.217)	(579)	842.317

Controladora	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 30.06.2018
Fornecimento de energia elétrica	356.020	(32.184)	(8.085)	(9.086)	-	306.665
Industrial	356.020	(32.184)	(8.085)	(9.086)	-	306.665
Suprimento de energia elétrica	1.091.108	(85.327)	-	(27.507)	-	978.274
Contratos bilaterais	683.592	(63.233)	-	(18.612)	-	601.747
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	229.695	(7.050)	-	(6.253)	-	216.392
CCEAR (leilão)	97.053	(8.977)	-	(2.642)	-	85.434
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	47.853	-	-	-	-	47.853
Regime de cotas	32.915	(6.067)	-	-	-	26.848
Disponibilidade da rede elétrica	333.806	(30.243)	-	(10.503)	-	293.060
Receita de operação e manutenção - O&M	181.813	(16.472)	-	(5.721)	-	159.620
Receita de juros efetivos	151.993	(13.771)	-	(4.782)	-	133.440
Receita de construção	132.451	-	-	-	-	132.451
Outras receitas operacionais	25.783	(2.385)	-	-	(1.190)	22.208
Arrendamentos e aluguéis (30.1)	639	(59)	-	-	-	580
Renda da prestação de serviços	25.144	(2.326)	-	-	(1.190)	21.628
	1.939.168	(150.139)	(8.085)	(47.096)	(1.190)	1.732.658

Controladora	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 1º.04.2018 a 30.06.2018
Fornecimento de energia elétrica	182.203	(16.472)	(4.128)	(5.005)	-	156.598
Industrial	182.203	(16.472)	(4.128)	(5.005)	-	156.598
Suprimento de energia elétrica	506.687	(42.475)	-	(14.525)	-	449.687
Contratos bilaterais	363.173	(33.594)	-	(11.020)	-	318.559
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	51.458	(1.373)	-	(2.030)	-	48.055
CCEAR (leilão)	47.829	(4.424)	-	(1.475)	-	41.930
Juros efetivos - bonificação de outorga	27.229	-	-	-	-	27.229
Regime de cotas	16.998	(3.084)	-	-	-	13.914
Disponibilidade da rede elétrica	174.457	(14.852)	-	(6.811)	-	152.794
Receita de operação e manutenção - O&M	86.923	(7.307)	-	(3.522)	-	76.094
Receita de juros efetivos	87.534	(7.545)	-	(3.289)	-	76.700
Receita de construção	89.239	-	-	-	-	89.239
Outras receitas operacionais	12.875	(1.191)	-	-	(610)	11.074
Arrendamentos e aluguéis (30.1)	322	(30)	-	-	-	292
Renda da prestação de serviços	12.553	(1.161)	-	-	(610)	10.782
	965.461	(74.990)	(4.128)	(26.341)	(610)	859.392

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 30.06.2019
Fornecimento de energia elétrica	391.013	(35.353)	(8.821)	(8.394)	-	338.445
Industrial	391.013	(35.353)	(8.821)	(8.394)	-	338.445
Suprimento de energia elétrica	1.306.577	(102.502)	-	(24.110)	-	1.179.965
Contratos bilaterais	723.272	(66.902)	-	(16.692)	-	639.678
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	111.583	(3.479)	-	(1.647)	-	106.457
CCEAR (leilão)	391.113	(25.782)	-	(5.771)	-	359.560
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	46.105	-	-	-	-	46.105
Regime de cotas	34.504	(6.339)	-	-	-	28.165
Disponibilidade da rede elétrica	338.100	(25.291)	-	(13.722)	-	299.087
Receita de operação e manutenção - O&M	130.338	(10.014)	-	(5.377)	-	114.947
Receita de juros efetivos	207.762	(15.277)	-	(8.345)	-	184.140
Receita de construção	105.943	-	-	-	-	105.943
Outras receitas operacionais	24.530	(3.044)	-	-	(1.607)	19.879
Arrendamentos e aluguéis (30.1)	608	(54)	-	-	-	554
Renda da prestação de serviços	23.922	(2.990)	-	-	(1.607)	19.325
	2.166.163	(166.190)	(8.821)	(46.226)	(1.607)	1.943.319

CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 1º.04.2019 a 30.06.2019
Fornecimento de energia elétrica	199.077	(18.002)	(4.468)	(4.228)	-	172.379
Industrial	199.077	(18.002)	(4.468)	(4.228)	-	172.379
Suprimento de energia elétrica	638.060	(51.668)	-	(11.827)	-	574.565
Contratos bilaterais	382.781	(35.407)	-	(9.016)	-	338.358
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	9.039	56	-	6	-	9.101
CCEAR (leilão)	207.894	(13.098)	-	(2.817)	-	191.979
Juros efetivos - bonificação de outorga	20.565	-	-	-	-	20.565
Regime de cotas	17.781	(3.219)	-	-	-	14.562
Disponibilidade da rede elétrica	166.512	(12.901)	-	(7.436)	-	146.175
Receita de operação e manutenção - O&M	66.328	(5.282)	-	(2.998)	-	58.048
Receita de juros efetivos	100.184	(7.619)	-	(4.438)	-	88.127
Receita de construção	41.620	-	-	-	-	41.620
Outras receitas operacionais	8.870	(1.271)	-	-	(578)	7.021
Arrendamentos e aluguéis (30.1)	304	(28)	-	-	-	276
Renda da prestação de serviços	8.566	(1.243)	-	-	(578)	6.745
	1.054.139	(83.842)	(4.468)	(23.491)	(578)	941.760

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 30.06.2018
Fornecimento de energia elétrica	356.020	(32.184)	(8.085)	(9.086)	-	306.665
Industrial	356.020	(32.184)	(8.085)	(9.086)	-	306.665
Suprimento de energia elétrica	1.139.233	(89.331)	-	(27.507)	-	1.022.395
Contratos bilaterais	683.592	(63.233)	-	(18.612)	-	601.747
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	233.157	(7.176)	-	(5.532)	-	220.449
CCEAR (leilão)	141.716	(12.855)	-	(3.363)	-	125.498
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	47.853	-	-	-	-	47.853
Regime de cotas	32.915	(6.067)	-	-	-	26.848
Disponibilidade da rede elétrica	332.452	(30.243)	-	(10.503)	-	291.706
Receita de operação e manutenção - O&M	180.459	(16.472)	-	(5.721)	-	158.266
Receita de juros efetivos	151.993	(13.771)	-	(4.782)	-	133.440
Receita de construção	132.451	-	-	-	-	132.451
Outras receitas operacionais	14.254	(2.386)	-	-	(1.189)	10.679
Arrendamentos e aluguéis (30.1)	639	(60)	-	-	-	579
Renda da prestação de serviços	13.615	(2.326)	-	-	(1.189)	10.100
	1.974.410	(154.144)	(8.085)	(47.096)	(1.189)	1.763.896

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 1º.04.2018 a 30.06.2018
Fornecimento de energia elétrica	182.203	(16.472)	(4.128)	(5.005)	-	156.598
Industrial	182.203	(16.472)	(4.128)	(5.005)	-	156.598
Suprimento de energia elétrica	512.147	(44.499)	-	(14.526)	-	453.122
Contratos bilaterais	363.173	(33.594)	-	(11.020)	-	318.559
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	54.225	(1.473)	-	(1.962)	-	50.790
CCEAR (leilão)	50.522	(6.348)	-	(1.544)	-	42.630
Juros efetivos - bonificação de outorga	27.229	-	-	-	-	27.229
Regime de cotas	16.998	(3.084)	-	-	-	13.914
Disponibilidade da rede elétrica	173.523	(14.852)	-	(6.811)	-	151.860
Receita de operação e manutenção - O&M	85.989	(7.307)	-	(3.522)	-	75.160
Receita de juros efetivos	87.534	(7.545)	-	(3.289)	-	76.700
Receita de construção	89.239	-	-	-	-	89.239
Outras receitas operacionais	6.929	(1.175)	-	-	(609)	5.145
Arrendamentos e aluguéis (30.1)	322	(31)	-	-	-	291
Renda da prestação de serviços	6.788	(1.144)	-	-	(609)	5.035
Outras receitas	(181)	-	-	-	-	(181)
	964.041	(76.998)	(4.128)	(26.342)	(609)	855.964

30.1 Arrendamentos e aluguéis

30.1.1 Receita de arrendamento e aluguéis

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Compartilhamento de instalações	520	498	520	498
Imóveis	89	141	88	141
	609	639	608	639

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018
Compartilhamento de instalações	260	249	260	249
Imóveis	45	73	44	73
	305	322	304	322

30.1.2 Recebíveis de arrendamentos

Controladora e Consolidado				Total 30.06.2019
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Compartilhamento de instalações	1.142	5.710	16.239	23.091

30.2 Encargos setoriais

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Conta de desenvolvimento energético	6.354	5.184	6.354	5.184
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	15.073	15.469	15.206	15.469
Quota para reserva global de reversão - RGR	24.255	26.443	24.666	26.443
	45.682	47.096	46.226	47.096

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018
Conta de desenvolvimento energético	3.730	4.021	3.732	4.021
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	7.360	7.212	7.424	7.212
Quota para reserva global de reversão - RGR	12.127	15.108	12.335	15.109
	23.217	26.341	23.491	26.342

31 Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.06.2019
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(22.898)	-	-	-	(22.898)
Encargos de uso da rede elétrica	(188.210)	-	-	-	(188.210)
Pessoal e administradores (31.2)	(101.207)	-	(45.872)	-	(147.079)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(20.218)	-	(10.205)	-	(30.423)
Material	(5.861)	-	(1.088)	-	(6.949)
Serviços de terceiros (31.3)	(37.265)	-	(15.680)	-	(52.945)
Depreciação e amortização	(160.238)	-	(6.969)	(6.480)	(173.687)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	(13.116)	(2.409)	-	(10.798)	(26.323)
Custo de construção (31.5)	(80.654)	-	-	-	(80.654)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(87.337)	64	(15.495)	(8.426)	(111.194)
	(717.004)	(2.345)	(95.309)	(25.704)	(840.362)

Controladora	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	1º.04.2019 a 30.06.2019
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(13.556)	-	-	-	(13.556)
Encargos de uso da rede elétrica	(94.410)	-	-	-	(94.410)
Pessoal e administradores (31.2)	(52.389)	-	(23.195)	-	(75.584)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(10.054)	-	(5.032)	-	(15.086)
Material	(3.331)	-	(578)	-	(3.909)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros (31.3)	(21.396)	-	(8.070)	-	(29.466)
Depreciação e amortização	(90.279)	-	(3.546)	(3.239)	(97.064)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	(13.982)	(996)	-	(5.635)	(20.613)
Custo de construção (31.5)	(39.921)	-	-	-	(39.921)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(44.131)	3	(4.742)	(4.621)	(53.491)
	(383.449)	(993)	(45.163)	(13.495)	(443.100)

Controladora	Custos operacionais	Outras receitas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.06.2018
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(80.019)	-	-	-	(80.019)
Encargos de uso da rede elétrica	(156.000)	-	-	-	(156.000)
Pessoal e administradores (31.2)	(128.773)	-	(49.562)	-	(178.335)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(21.136)	-	(8.816)	-	(29.952)
Material	(5.691)	-	(1.647)	-	(7.338)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(17.111)	-	-	-	(17.111)
Serviços de terceiros (31.3)	(42.737)	-	(19.387)	-	(62.124)
Depreciação e amortização	(122.461)	-	(3.353)	(6.191)	(132.005)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	80.002	5.756	-	(46.718)	39.040
Custo de construção (31.5)	(149.416)	-	-	-	(149.416)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(70.970)	37	(14.302)	(6.659)	(91.894)
	(714.312)	5.793	(97.067)	(59.568)	(865.154)

Controladora	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	1º.04.2018 a 30.06.2018
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(73.377)	-	-	-	(73.377)
Encargos de uso da rede elétrica	(77.583)	-	-	-	(77.583)
Pessoal e administradores (31.2)	(54.748)	-	(21.819)	-	(76.567)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(10.472)	-	(4.358)	-	(14.830)
Material	(3.095)	-	(987)	-	(4.082)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(8.896)	-	-	-	(8.896)
Serviços de terceiros (31.3)	(23.528)	-	(11.692)	-	(35.220)
Depreciação e amortização	(61.010)	-	(1.682)	(3.095)	(65.787)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	77.861	5.306	-	(10.651)	72.516
Custo de construção (31.5)	(94.831)	-	-	-	(94.831)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(28.789)	3	(5.938)	(4.618)	(39.342)
	(358.468)	5.309	(46.476)	(18.364)	(417.999)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	30.06.2019
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(29.782)	-	-	-	(29.782)
Encargos de uso da rede elétrica	(212.102)	-	-	-	(212.102)
Pessoal e administradores (31.2)	(101.207)	-	(51.986)	-	(153.193)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(20.218)	-	(10.642)	-	(30.860)
Material	(5.878)	-	(1.117)	-	(6.995)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(1.545)	-	-	-	(1.545)
Serviços de terceiros (31.3)	(56.737)	-	(19.517)	-	(76.254)
Depreciação e amortização	(222.916)	-	(7.170)	(6.480)	(236.566)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	(19.344)	(2.558)	-	(10.769)	(32.671)
Custo de construção (31.5)	(81.872)	-	-	-	(81.872)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(90.710)	63	(17.693)	(9.774)	(118.114)
	(842.311)	(2.495)	(108.125)	(27.023)	(979.954)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	1º.04.2019 a 30.06.2019
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(13.739)	-	-	-	(13.739)
Encargos de uso da rede elétrica	(106.387)	-	-	-	(106.387)
Pessoal e administradores (31.2)	(52.389)	-	(26.277)	-	(78.666)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(10.054)	-	(5.242)	-	(15.296)
Material	(3.348)	-	(596)	-	(3.944)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(777)	-	-	-	(777)
Serviços de terceiros (31.3)	(31.411)	-	(11.165)	-	(42.576)
Depreciação e amortização	(122.716)	-	(3.678)	(3.239)	(129.633)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	(13.982)	(1.146)	-	(5.378)	(20.506)
Custo de construção (31.5)	(41.103)	-	-	-	(41.103)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(45.926)	3	(5.733)	(5.562)	(57.218)
	(441.832)	(1.143)	(52.691)	(14.179)	(509.845)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	30.06.2018
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(80.142)	-	-	-	(80.142)
Encargos de uso da rede elétrica	(179.999)	-	-	-	(179.999)
Pessoal e administradores (31.2)	(128.773)	-	(55.208)	-	(183.981)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(21.136)	-	(9.218)	-	(30.354)
Material	(5.821)	-	(1.751)	-	(7.572)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(18.336)	-	-	-	(18.336)
Serviços de terceiros (31.3)	(57.571)	-	(21.657)	-	(79.228)
Depreciação e amortização	(160.274)	-	(3.374)	(6.192)	(169.840)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	20.146	5.756	-	(46.744)	(20.842)
Custo de construção (31.5)	(149.416)	-	-	-	(149.416)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(73.217)	37	(16.876)	63.813	(26.243)
	(854.539)	5.793	(108.084)	10.877	(945.953)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	1º.04.2018 a 30.06.2018
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(73.420)	-	-	-	(73.420)
Encargos de uso da rede elétrica	(90.275)	-	-	-	(90.275)
Pessoal e administradores (31.2)	(54.748)	-	(24.583)	-	(79.331)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(10.472)	-	(4.552)	-	(15.024)
Material	(3.166)	-	(1.028)	-	(4.194)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(9.643)	-	-	-	(9.643)
Serviços de terceiros (31.3)	(31.323)	-	(13.191)	-	(44.514)
Depreciação e amortização	(80.536)	-	(1.692)	(3.096)	(85.324)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	18.004	5.306	-	(10.672)	12.638
Custo de construção (31.5)	(94.831)	-	-	-	(94.831)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(29.797)	3	(7.510)	65.995	28.691
	(460.207)	5.309	(52.556)	52.227	(455.227)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	13.195	71.325	13.374	71.448
Contratos bilaterais	8.384	8.384	15.089	8.384
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	2.061	850	2.061	850
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(742)	(540)	(742)	(540)
	22.898	80.019	29.782	80.142

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2019	1º.04.2018	1º.04.2019	1º.04.2018
	a 30.06.2019	a 30.06.2018	a 30.06.2019	a 30.06.2018
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	8.978	69.151	9.078	69.194
Contratos bilaterais	4.214	4.215	4.297	4.215
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	751	367	751	367
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(387)	(356)	(387)	(356)
	13.556	73.377	13.739	73.420

31.2 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Pessoal				
Remunerações	89.331	93.460	93.039	96.339
Encargos sociais	31.943	33.716	33.246	34.742
Auxílio alimentação e educação	12.508	11.626	12.702	11.807
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	12.073	8.697	12.073	8.688
Programa de desligamentos voluntários	-	28.860	-	28.860
	145.855	176.359	151.060	180.436
Administradores				
Honorários	716	1.510	1.466	2.813
Encargos sociais	501	453	648	719
Outros gastos	7	13	19	13
	1.224	1.976	2.133	3.545
	147.079	178.335	153.193	183.981

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018
Pessoal				
Remunerações	45.957	48.281	47.819	49.694
Encargos sociais	16.472	17.314	17.125	17.821
Auxílio alimentação e educação	6.276	5.825	6.378	5.919
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	6.068	3.744	6.068	3.744
Programa de desligamentos voluntários	328	587	328	587
	75.101	75.751	77.718	77.765
Administradores				
Honorários	353	611	737	1.233
Encargos sociais	126	201	201	329
Outros gastos	4	4	10	4
	483	816	948	1.566
	75.584	76.567	78.666	79.331

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

31.3 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Manutenção de instalações	19.711	16.636	22.753	18.055
Manutenção do sistema elétrico	7.432	15.479	20.598	25.413
Comunicação, processamento e transmissão de dados	6.699	9.549	7.406	10.243
Consultoria e auditoria	1.810	1.145	3.468	1.918
Outros serviços	17.293	19.314	22.029	23.599
	52.945	62.123	76.254	79.228

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018
Manutenção de instalações	(2.568)	1.333	(3.603)	1.501
Manutenção do sistema elétrico	16.451	10.473	13.750	6.777
Comunicação, processamento e transmissão de dados	3.706	11.503	16.461	21.207
Consultoria e auditoria	1.444	679	2.891	1.187
Outros serviços	10.433	11.231	13.077	13.842
	29.466	35.219	42.576	44.514

31.4 Perdas de crédito, provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Provisão para litígios	12.131	39.096	12.057	39.121
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos				
Contas a receber vinculadas a concessão (NE nº 8.3)	(1.475)	(3.089)	(1.475)	(3.089)
Imobilizado (NE nº 16.7)	14.591	(76.913)	20.819	(17.057)
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	2.409	(5.755)	2.558	(5.755)
Perdas estimadas em créditos tributários	(1.288)	7.622	(1.288)	7.622
Provisão para passivo a descoberto em participações societárias	(45)	-	-	-
	26.323	(39.039)	32.671	20.842

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018
Provisão para litígios	6.019	6.876	5.763	6.897
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos				
Contas a receber vinculadas a indenização da concessão	(609)	(948)	(609)	(948)
Imobilizado	14.591	(76.913)	14.591	(17.057)
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	997	(5.305)	1.146	(5.305)
Perdas estimadas em créditos tributários	(385)	3.774	(385)	3.775
Provisão para passivo a descoberto em controladas	-	-	-	-
	20.613	(72.516)	20.506	(12.638)

31.5 Custo de construção

Consolidado	30.06.2019	30.06.2018
Material	18.376	52.994
Serviços de terceiros	22.375	85.904
Pessoal	4.578	6.521
Outros	36.543	3.997
	81.872	149.416

Consolidado	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018
Material	-	39.918
Serviços de terceiros	5.726	50.723
Pessoal	(98)	1.460
Outros	35.475	2.730
	41.103	94.831

31.6 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	53.038	51.660	53.038	51.660
Tributos	28.166	29.556	29.308	30.214
Indenizações	6.048	2.615	6.051	3.095
Arrendamentos e aluguéis	969	5.465	3.346	7.334
Propaganda e publicidade	1.106	993	1.106	995
Outras receitas, custos e despesas, líquidos (a)	21.867	1.605	25.265	(67.055)
	111.194	91.894	118.114	26.243

(a) No saldo de 2018 está contida a receita de R\$ 72.068 referente a ressarcimento junto à fornecedores de bens dos parques eólicos do Complexo Brisa.

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2019	1º.04.2018	1º.04.2019	1º.04.2018
	a 30.06.2019	a 30.06.2018	a 30.06.2019	a 30.06.2018
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	27.086	20.805	27.086	20.805
Tributos	11.086	12.211	11.658	12.762
Indenizações	(3.934)	4.499	(1.560)	6.160
Arrendamentos e aluguéis	5.289	(256)	4.122	(645)
Propaganda e publicidade	657	597	657	598
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	13.307	1.486	15.255	(68.371)
	53.491	39.342	57.218	(28.691)

32 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	16.789	9.920	31.210	23.357
Juros sobre liquidações na CCEE	13.242	10.847	13.684	10.847
Atualização de depósitos judiciais	1.763	1.980	2.066	1.980
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.2)	1.005	-	1.004	-
(-) Pis e Cofins	(2.777)	(1.220)	(2.857)	(1.322)
Outras receitas financeiras	15.532	3.345	9.131	56.294
	45.554	24.872	54.238	91.156
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	216.789	193.703	278.397	227.794
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.2)	3.247	2.009	3.247	2.009
Juros sobre P&D (NE nº 24.2)	1.992	2.363	2.009	2.414
Outras despesas financeiras	26.240	9.109	26.533	54.589
	248.268	207.184	310.186	286.806
Líquido	(202.714)	(182.312)	(255.948)	(195.650)

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2018 a 30.06.2018
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	9.138	5.526	16.824	12.346
Juros sobre liquidações na CCEE	5.263	9.356	5.216	9.356
Atualização de depósitos judiciais	796	1.007	932	1.007
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.2)	636	-	637	-
(-) Pis e Cofins	(1.289)	(801)	(1.358)	(848)
Outras receitas financeiras	255	1.358	(702)	54.501
	14.799	16.446	21.549	76.362
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	106.805	97.838	139.326	114.943
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.2)	2.147	944	2.147	944
Juros sobre P&D (NE nº 24.2)	992	1.164	1.001	1.180
Outras despesas financeiras	21.002	4.187	21.208	39.484
	130.946	104.133	163.682	156.551
Líquido	(116.147)	(87.687)	(142.133)	(80.189)

33 Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pela diretoria, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exige diferentes tecnologias e estratégias.

No primeiro semestre de 2019, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional.

Não foi identificado na Companhia ou em suas controladas cliente algum que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total do primeiro semestre de 2019, exceto clientes que estão sob controle comum à Companhia e que, posteriormente, comercializam com terceiros a energia comprada da Copel GeT ou de suas controladas.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4.

33.2 Segmentos reportáveis da Companhia

De acordo com o CPC 22/IFRS 8, os segmentos reportáveis da Companhia são:

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (**GER**), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada.

33.3 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GER	TRA	Operações inter-segmento	Consolidado
30.06.2019				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.529.396	415.208	(1.285)	1.943.319
Receita operacional líquida com terceiros	1.529.396	413.923	-	1.943.319
Receita operacional líquida entre segmentos	-	1.285	(1.285)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(765.115)	(216.124)	1.285	(979.954)
Energia elétrica comprada para revenda	(29.782)	-	-	(29.782)
Encargos de uso da rede elétrica	(213.387)	-	1.285	(212.102)
Pessoal e administradores	(94.298)	(58.895)	-	(153.193)
Planos previdenciário e assistencial	(18.702)	(12.158)	-	(30.860)
Material	(5.021)	(1.974)	-	(6.995)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(1.545)	-	-	(1.545)
Serviços de terceiros	(60.353)	(15.901)	-	(76.254)
Depreciação e amortização	(230.208)	(6.358)	-	(236.566)
Provisão para litígios	(7.881)	(4.176)	-	(12.057)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	(19.344)	-	-	(19.344)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	22.724	(23.994)	-	(1.270)
Custo de construção	-	(81.872)	-	(81.872)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(107.318)	(10.796)	-	(118.114)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	8.786	(627)	-	8.159
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	773.067	198.457	-	971.524
Receitas financeiras	41.891	12.347	-	54.238
Despesas financeiras	(233.753)	(76.433)	-	(310.186)
LUCRO OPERACIONAL	581.205	134.371	-	715.576
Imposto de renda e contribuição social	(220.041)	(42.127)	-	(262.168)
LUCRO DO PERÍODO	361.164	92.244	-	453.408

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GER	TRA	Operações inter-segmento	Consolidado
30.06.2018				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.334.512	430.738	(1.354)	1.763.896
Receita operacional líquida com terceiros	1.334.512	429.384	-	1.763.896
Receita operacional líquida entre segmentos	-	1.354	(1.354)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(651.314)	(295.993)	1.354	(945.953)
Energia elétrica comprada para revenda	(80.142)	-	-	(80.142)
Encargos de uso da rede elétrica	(181.353)	-	1.354	(179.999)
Pessoal e administradores	(114.457)	(69.524)	-	(183.981)
Planos previdenciário e assistencial	(18.656)	(11.698)	-	(30.354)
Material	(5.306)	(2.266)	-	(7.572)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(18.336)	-	-	(18.336)
Serviços de terceiros	(64.469)	(14.759)	-	(79.228)
Depreciação e amortização	(166.351)	(3.489)	-	(169.840)
Reversão de provisão para litígios	(23.841)	(15.280)	-	(39.121)
Reversão de perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	20.146	-	-	20.146
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	19.216	(21.083)	-	(1.867)
Custo de construção	-	(149.416)	-	(149.416)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(17.765)	(8.478)	-	(26.243)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	4.900	77.791	-	82.691
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	688.098	212.536	-	900.634
Receitas financeiras	83.954	7.202	-	91.156
Despesas financeiras	(228.192)	(58.614)	-	(286.806)
LUCRO OPERACIONAL	543.860	161.124	-	704.984
Imposto de renda e contribuição social	(214.984)	(28.013)	-	(242.997)
LUCRO DO PERÍODO	328.876	133.111	-	461.987

34 Instrumentos Financeiros

34.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE nº	Nível	30.06.2019		31.12.2018	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	584.326	584.326	473.498	473.498
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	101.261	101.261	97.819	97.819
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	8.3	3	67.499	67.499	65.811	65.811
			753.086	753.086	637.128	637.128
Custo amortizado						
Cientes (a)	7	1	455.369	455.369	381.250	381.250
Contas a receber vinculadas à concessão - RBSE (c)	8.2	1	751.685	751.685	753.826	753.826
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (e)	8.1	2	637.853	727.751	625.772	714.880
Mútuo (b)	13.1	2	-	-	281.709	278.964
			1.844.907	1.934.805	2.042.557	2.128.920
Total dos ativos financeiros			2.597.993	2.687.891	2.679.685	2.766.048
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil (f)	11.2	2	52.896	52.672	86.632	84.383
Fornecedores (a)	19	1	298.169	298.169	201.979	201.979
Empréstimos e financiamentos (f)	20	2	1.970.349	1.958.651	1.913.415	1.875.763
Debêntures (g)	21	1	3.193.103	3.193.103	3.518.093	3.518.093
Contas a pagar vinculadas à concessão (h)	25	3	48.770	44.624	48.032	43.894
Total dos passivos financeiros			5.563.287	5.547.219	5.768.151	5.724.112
Consolidado						
Consolidado	NE nº	Nível	30.06.2019		31.12.2018	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	989.555	989.555	825.034	825.034
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	241.656	241.656	210.861	210.861
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	8.3	3	67.499	67.499	65.811	65.811
			1.298.710	1.298.710	1.101.706	1.101.706
Custo amortizado						
Cientes (a)	7	1	540.980	540.980	458.374	458.374
Contas a receber vinculadas à concessão - RBSE (c)	8.2	1	751.685	751.685	753.826	753.826
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (e)	8.1	2	637.853	727.751	625.772	714.880
			1.930.518	2.020.416	1.837.972	1.927.080
Total dos ativos financeiros			3.229.228	3.319.126	2.939.678	3.028.786
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil (f)	11.2	2	52.896	52.672	86.632	84.383
Fornecedores (a)	19	1	429.552	429.552	376.272	376.272
Empréstimos e financiamentos (f)	20	2	2.956.412	2.957.976	2.818.507	2.797.521
Debêntures (g)	21	1	3.783.807	3.783.807	3.786.379	3.786.379
Contas a pagar vinculadas à concessão (h)	25	3	48.770	44.624	48.032	43.894
Total dos passivos financeiros			7.271.437	7.268.631	7.115.822	7.088.449

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Os critérios estão divulgados na NE nº 4.3 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2018.
- d) Os ativos de geração têm valores justos similares aos valores contábeis, conforme NE nº 4.3 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2018.
- e) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).
- f) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 106,0% do CDI, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- g) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 30.06.2019, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar.
- h) Utilizada a taxa de desconto real e líquida, de 8,13% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

34.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

34.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa (a)	584.326	473.498	989.555	825.034
Títulos e valores mobiliários (a)	101.261	97.819	241.656	210.861
Clientes (b)	455.369	381.250	540.980	458.374
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	751.685	753.826	751.685	753.826
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	637.853	625.772	637.853	625.772
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (e)	67.499	65.811	67.499	65.811
Mútuo	-	281.709	-	-
	2.597.993	2.679.685	3.229.228	2.939.678

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

- b)** Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia e suas controladas. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes, implementando políticas específicas de cobrança e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato.
- c)** A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.
- A Administração também considera o risco de crédito reduzido para o saldo relativo aos ativos RBSE, mesmo observadas as liminares que reduziram provisoriamente a RAP a ser recebida, conforme descrito na NE nº 8.2.
- d)** A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração - RAG que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.
- e)** Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do VNR, para fins de indenização. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados, conforme descrito na NE nº 8.3.

34.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2022, repetem-se os indicadores de 2021 até o horizonte da projeção.

Controladora	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30.06.2019							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 20	21.202	698.062	155.754	713.048	919.621	2.507.687
Debêntures	NE nº 21	580.511	12.006	480.417	2.590.636	157.618	3.821.188
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	329	658	3.029	17.623	140.482	162.121
Fornecedores	-	89.791	68.646	88.404	51.328	-	298.169
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	Selic	5.923	11.910	36.203	-	-	54.036
		697.756	791.282	763.807	3.372.635	1.217.721	6.843.201

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30.06.2019							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 20	25.374	723.169	268.615	1.232.084	1.753.941	4.003.183
Debêntures	NE nº 21	584.066	19.108	548.468	2.919.378	860.549	4.931.569
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	329	658	3.029	17.623	140.482	162.121
Fornecedores	-	106.522	93.104	145.544	79.787	4.595	429.552
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	Selic	5.923	11.910	36.203	-	-	54.036
		722.214	847.949	1.001.859	4.248.872	2.759.567	9.580.461

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 20.4 e 21.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

Em 30.06.2019, a Copel GET apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.290.975 no balanço da Controladora (R\$ 1.152.814 em 31.12.2018) e de R\$ 1.033.336 no balanço consolidado (R\$ 1.309.046 em 31.12.2018). A Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, destacando-se: redução do programa de investimentos da Companhia e manutenção das ações de reduções de custos, bem como o alongamento da dívida, já previsto pela Administração.

34.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.06.2019 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 5,50%, IPCA - 3,78% e TJLP - 6,00%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2019 do Relatório Focus do Bacen de 19.07.2019, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia.

Para os cenários 1 e 2, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Controladora	Risco	Base 30.06.2019	Cenários projetados - Dez/2019		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Risco de taxa de juros e variações monetárias					
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	101.261	2.747	2.070	1.383
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	1.389.538	26.019	19.559	13.070
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	67.499	-	-	-
		1.558.298	28.766	21.629	14.453
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(1.214.424)	(35.902)	(44.718)	(53.472)
Notas promissórias	Alta CDI	(654.220)	(17.750)	(22.115)	(26.452)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(101.705)	(3.007)	(3.745)	(4.478)
Debêntures	Alta CDI/Selic	(2.897.721)	(78.621)	(97.954)	(117.162)
Debêntures	Alta IPCA	(295.382)	(5.531)	(6.898)	(8.259)
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	Alta Selic	(52.896)	(1.435)	(1.788)	(2.139)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(48.770)	(913)	(1.139)	(1.364)
		(5.265.118)	(143.159)	(178.357)	(213.326)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

Consolidado	Risco	Base 30.06.2019	Cenários projetados - Dez/2019		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Risco de taxa de juros e variações monetárias					
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	241.656	6.557	4.940	3.300
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	1.389.538	26.019	19.559	13.070
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	67.499	-	-	-
		1.698.693	32.576	24.499	16.370
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(2.186.156)	(64.629)	(80.499)	(96.258)
Notas promissórias	Alta CDI	(654.220)	(17.750)	(22.115)	(26.452)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(101.705)	(3.007)	(3.745)	(4.478)
Outros	Sem Risco	(14.331)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(2.897.721)	(78.621)	(97.954)	(117.162)
Debêntures	Alta IPCA	(762.213)	(14.272)	(17.799)	(21.311)
Debêntures	Alta TJLP	(123.873)	(3.662)	(4.561)	(5.454)
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	Alta Selic	(52.896)	(1.435)	(1.788)	(2.139)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(48.770)	(913)	(1.139)	(1.364)
		(6.841.885)	(184.289)	(229.600)	(274.618)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.06.2019, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

34.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Aproximadamente 64% da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

A partir de 2014, os reservatórios das regiões Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste enfrentaram situações climáticas adversas, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento à carga.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem mantido os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança, nas projeções de curto prazo. O mesmo posicionamento é adotado pelo ONS em relação ao risco de déficit no médio prazo, conforme apresentado no Plano da Operação Energética 2018-2022 - PEN 2018.

Embora os estoques nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos reguladores, quando combinados com outras variáveis, como o menor crescimento do consumo, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%) em todos os subsistemas.

34.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas aflúências registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos, abordagem atualmente adotada pela Companhia.

Para os contratos no ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro da carga, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Companhia adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

34.2.6 Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

Atualmente, a prorrogação das concessões de transmissão e geração hidrelétrica, alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013. O Decreto nº 9.187, de 1º.11.2017, regulamenta a prorrogação das concessões de geração de energia termelétrica de que trata a referida Lei.

As concessões de geração de energia hidrelétrica e transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. Contudo, para as concessões de geração de energia termelétrica, o prazo de prorrogação ficou limitado a até 20 anos.

A concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 60 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou receita inicial.

Até 2023, somente a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1676 MW), terá sua concessão vencida. A Companhia não manifestou interesse pela prorrogação dessa concessão, isto porque, segundo a Lei 12.783/2013, a opção pela prorrogação está condicionada a mudança do regime de exploração da usina que pode ocorrer com até 60 meses de antecedência do seu termo final. Estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado é desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu termo final. A usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a Companhia participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

Em relação a concessão da UTE Figueira, vencida em março de 2019, a Companhia aguarda a conclusão do processo, que se encontra em trâmite na Aneel, para celebração do Termo Aditivo. A usina encontra-se em processo de modernização e terá como benefícios diretos a melhora na eficiência energética e a redução das emissões de poluentes na atmosfera, em comparação a antiga planta.

Conforme a lei, a Companhia poderá se manifestar sobre a intenção em prorrogar a concessão da UHE São Jorge em 2019, da UHE Apucarantina em 2020, e das UHEs Guaricana e Chaminé em 2021. Caso a Companhia não manifeste interesse pela prorrogação no atual regime, a concessão da UHE São Jorge poderá, ao seu termo final, ser outorgada a Companhia na condição de registro, e as demais concessões, ao seu termo final, deverão ser licitadas pelo Poder Concedente.

A Copel GeT não tem nenhuma concessão de transmissão a vencer nos próximos dez anos.

34.2.7 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural, para atender às atividades relacionadas à geração de energia termelétrica. Um período prolongado de escassez de gás poderia resultar em perdas, em razão da redução de receitas da controlada UEG Araucária.

O contrato de fornecimento de gás natural entre o Brasil e a Bolívia tem validade de 20 anos, com vencimento previsto para 2019. Devido a não utilização de todo o gás natural contratado nos últimos anos, o Ministério de Minas e Energia considera a ampliação do prazo deste contrato em dois anos em seu Planejamento Decenal. Em caso de não renovação desse contrato, atualmente centralizado na Petrobras, os consumidores diretos ou as distribuidoras estaduais deverão negociar diretamente o suprimento do combustível com produtores, importadores ou comercializadores de gás natural.

Por outro lado, o volume de gás natural produzido no pré-sal tem aumentado. A produção brasileira em 2018 foi de 111,94 milhões m³/dia, com tendência ascendente.

Além do gás proveniente da Bolívia e do pré-sal, existe a alternativa de importação do Gás Natural Liquefeito (GNL).

Existem, ainda, projetos de novas estações de regaseificação em todas as regiões brasileiras, sendo que as estações localizadas no sul têm capacidade para atender o consumo dessa região do país sem necessidade de grandes investimentos em infraestrutura de transporte e reduzindo o nível de utilização da capacidade do ramal Sul do Gasbol, o que possibilitaria o aumento da oferta de gás natural no Paraná.

No mercado internacional, o preço do gás natural tem se mantido estável, apontando para o equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Diante dessa conjuntura, o risco de escassez de gás natural pode ser considerado baixo.

34.2.8 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de autorização de geração de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. Em 30.06.2019 o saldo consolidado da provisão registrado no passivo referente a não performance é de R\$ 67.432 (R\$ 83.525, em 31.12.2018), que poderá ser compensado com uma maior produção futura, medida dentro do ciclo contratual anual e/ou quadrienal.

34.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida consolidada ajustada, dividido pelo Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização - Lajida (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - Ebitda*) consolidado ajustado dos últimos doze meses. O limite corporativo estabelecido prevê a manutenção anual do índice abaixo de 3,5, sendo que a eventual expectativa de não conformidade daquele indicador enseja ações por parte da Administração no intuito de corrigir o curso das apurações até o final de cada exercício.

34.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Empréstimos e financiamentos	1.970.349	1.913.415	2.956.412	2.818.507
Debêntures	3.193.103	3.518.093	3.783.807	3.786.379
(-) Caixa e equivalentes de caixa	584.326	473.498	989.555	825.034
(-) Títulos e valores mobiliários	101.261	97.819	241.656	210.861
Dívida líquida	4.477.865	4.860.191	5.509.008	5.568.991
Patrimônio líquido	9.383.105	8.911.964	9.513.635	9.060.227
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,48	0,55	0,58	0,61

35 Transações com Partes Relacionadas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Controladoras								
Estado do Paraná - Empregados cedidos (a)	57	1.220	-	-	-	-	-	-
Companhia Paranaense de Energia								
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	303.950	368.950	-	-	-	-
Compartilhamento (b)	471	398	2.087	3.106	-	-	(3.031)	(3.858)
Contratos de Mútuo (NE nº 13)	-	-	-	-	-	-	(134)	(12.400)
Entidades com influência significativa (c)								
BNDES e BNDESPAR - Financiamentos (NE nº 20)								
Debêntures (NE nº 21) (d)	-	-	2.200.487	2.139.361	-	-	(89.052)	(59.683)
	-	-	261.866	268.286	-	-	(14.987)	(15.603)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia elétrica	4.387	3.282	-	-	19.476	14.224	-	-
Rede básica e de conexão	16.122	15.870	-	-	98.248	142.240	-	-
Sistema de distribuição	-	-	695	695	-	-	(2.404)	(2.063)
Consumo de energia	-	-	56	895	-	-	(2.788)	(2.530)
Compartilhamento (b)	5.806	7.532	4.749	6.150	908	-	-	(229)
Copel Telecomunicações S.A.								
Serviços de telecomunicações	-	-	476	143	-	-	(3.512)	(7.351)
Copel Renováveis - Compartilhamento (b)	7	9	-	18.660	13	9	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	81.397	47.553	-	-	457.952	259.722	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(6.704)	-
Compartilhamento (b)	74	94	-	-	139	64	-	-
Eljor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (e)	784	659	-	-	5.491	3.539	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Caiuá Transmissora de Energia - Dividendos	3.316	3.316	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção (f)	255	329	-	-	1.250	1.935	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	2	15	-	-	(94)	(71)
Integração Maranhense Transmissora - Dividendos	6.033	6.033	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	8	58	-	-	(370)	(310)
Matrinchá Transmissora de Energia - Dividendos	21.470	21.470	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	50	316	-	-	(1.998)	(1.742)
Guaraciaba Transmissora de Energia - Dividendos	10.970	15.869	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	24	136	-	-	(947)	(737)
Paranaíba Transmissora de Energia - Dividendos	2.976	8.544	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	19	212	-	-	(1.368)	(1.145)
Mata de Santa Genebra Transmissora								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(15)	-
Prestação de serviços e compartilhamento de estruturas(g)	6.492	5.126	-	-	9.760	872	-	-
Cantareira Transmissora de Energia - Dividendos	-	1.461	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	24	170	-	-	(1.088)	(643)
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (h)	-	-	1.389	1.436	-	-	(8.384)	(8.384)
Foz do Chopim Energética Ltda. (i)	200	193	-	-	1.028	1.260	-	-
Dividendos	-	18.071	-	-	-	-	-	-
Aquisição de projetos de usinas	-	-	-	19.461	-	-	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.2)	-	-	-	-	-	-	(2.133)	(3.545)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22)	-	-	-	-	-	-	(85)	(134)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	8.450	-	-	-	(435)	(3.724)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22)	-	-	272.949	267.408	-	-	-	-
Lactec (j)	-	-	1.275	1.027	-	-	(906)	(2.000)
Companhia de Saneamento do Paraná (k)								
Água tratada, coleta e tratamento de esgoto	-	-	301	-	-	-	(2.077)	(1.940)
Utilização de água retirada de reservatórios de usinas	-	144	-	-	-	-	-	-

- a) Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- b) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado entre a Copel e suas subsidiárias.
- c) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel.
- d) O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel (NE nº 21).

- e) Contrato de operação e manutenção do CEFSC - Complexo Energético Fundão Santa Clara, com vencimento em 30.09.2019, firmado entre a Copel GeT e a Elejor.
- f) Contrato de operação e manutenção, com vencimento em 09.05.2021, firmado entre a Copel GeT e a Caiuá Transmissora de Energia.
- g) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 31.01.2023, prestação de serviços de engenharia do proprietário e de assessoria e consultoria com vencimento em 30.09.2019 e compartilhamento de instalações com vencimento em 1º.01.2043.
- h) Contrato de compra e venda de energia com vencimento em 31.03.2025, realizado entre a Dona Francisca Energética S.A., coligada da Copel, e a Copel GeT.
- i) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção e prestação de serviços de engenharia do proprietário, com vencimentos em 23.05.2020, e conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.
- j) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GET e UEGA, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.
- k) Entidade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

35.1 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel GeT na emissão de financiamentos, de debêntures e de contratos de seguros dos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa	Operação	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo 30.06.2019	% participação	Valor aval/fiança
(1) Caiuá Transmissora (a)	Financiamento	23.12.2013	15.02.2029	84.600	61.164	49,0	12.155
							12.155

(a) Instrumento de garantia com valor fixo, conforme previsão contratual e manifestação formal da instituição financeira.

Instituição financeira financiadora: BNDES

Destinação: programa de investimentos

Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	Término da vigência	Importância segurada	% aval Copel GeT	Valor do aval
Matrinchã Transmissora	30.09.2019	90.000	49,0	44.100
Guaraciaba Transmissora	30.04.2020	47.000	49,0	23.030
Mata de Santa Genebra	29.11.2019	78.300	50,1	39.228
Cantareira Transmissora	31.08.2019	31.200	49,0	15.288
				121.646

36 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	30.06.2019	31.12.2018
Contratos de compra e transporte de energia	7.742.008	7.990.373
Aquisição de ativo imobilizado		
Construção de linhas de transmissão e subestações	161.414	214.086
Construção da usina UHE Colíder	-	36.303
Construção da usina UHE Baixo Iguaçu	13.893	202.668
Construção da PCH Bela Vista	158.467	-
Construção das usinas do empreendimento eólico Cutia	29.512	40.392

37 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado	Término	Importância
Apólice	da vigência	segurada
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	29.03.2020	2.036.999
Riscos Nomeados	24.08.2019	1.268.341
Riscos Operacionais - UHE Colíder	01.11.2019	988.398
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	27.06.2020	890.763
Riscos Operacionais - UEG Araucária (a)	30.11.2019	840.217
Riscos Operacionais - São Bento	27.06.2020	569.835
Seguro D&O (a)	28.03.2020	95.805
Seguro Aeronáutico (casco e responsabilidade civil) (a)	30.01.2020	94.141
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2019	91.805
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	29.11.2021	58.060

(a) Os valores das importâncias seguradas de Riscos Operacionais - UEG Araucária, do Seguro D&O e do Seguro Aeronáutico foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 28.06.2019, de R\$ 3,8322.

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro de responsabilidade civil geral, garantia de pagamento, riscos diversos, transporte nacional e internacional. Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

38 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

38.1 Transações que não envolvem caixa

Conforme a NE nº 16.2, as aquisições de imobilizado totalizaram R\$ 138.380 na Controladora e R\$ 177.777 no Consolidado. Destes valores, R\$ 36.344 correspondem às compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período, tanto na Controladora quanto no Consolidado.

Em dezembro de 2018 ocorreu a aquisição a prazo dos estudos e projetos denominados PCH Bela Vista e UHE Salto Grande, pelo valor de R\$ 19.461, junto à empresa Foz do Chopim Energética Ltda, sendo tal obrigação registrada na rubrica de fornecedores. Em 2019 ocorreu a quitação desta negociação mediante encontro de contas com os dividendos a receber do citado fornecedor, o qual integra o conjunto de investimentos da Copel GeT na condição de coligada.

Conforme a NE nº 26.1, as adições ocorridas no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 2.038 na Controladora e R\$ 2.112 no Consolidado, sendo que tais reconhecimentos tiveram como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

39 Eventos subsequentes

39.1 Debêntures

Em 07.08.2019, a Copel Geração e Transmissão S.A. recebeu os recursos oriundos da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia quirografária e garantia adicional fidejussória, em duas séries, ambas para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 e a segunda série, também, na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24.06.2011 (“Debêntures de Infraestrutura”), no montante total de R\$ 1.000.000. Foram emitidas 1.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, com prazo de vencimento de 6 anos contados da data de emissão, juros semestrais e amortização em 3 parcelas anuais em 15.07.2023, 15.07.2024 e 15.07.2025, data de vencimento. A primeira série será remunerada com juros correspondentes à 109,0% da variação acumulada da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e a segunda série será remunerada com juros correspondentes à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescidos de sobretaxa de 3,9% a.a. Foi prestada garantia corporativa da Copel. Os recursos captados serão destinados ao resgate antecipado total da 5ª emissão de notas promissórias da Companhia, à recomposição de caixa após a realização do pagamento parcial da 2ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures da Copel GeT, e ao reembolso dos gastos, despesas, investimentos e/ou dívidas, no âmbito dos projetos da UHE Colíder e da UHE Baixo Iguaçu.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO
dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018
em milhares de reais

1 Mercado de Energia

Comportamento do mercado - A geração de energia da Copel Geração e Transmissão S.A. e parques eólicos no primeiro semestre de 2019 foi de 9.912 GWh (9.825 GWh no mesmo período de 2018), conforme demonstrado no fluxo a seguir:

Fluxo de energia (GWh)		janeiro a junho de 2019	
Geração própria	9.851	97,8%	
Energia comprada	224	2,2%	
Dona Francisca	70		
MRE:	93		
Outros	61		
Disponibilidade		10.075	
Suprimento concessionária CCEE¹	84	0,8%	
Consumidores livres	2.003	19,9%	
Energia suprida	8.410	83,5%	
Contratos bilaterais	3.995		
CCEAR	1.801		
CER	455		
CCEE(MCP)	485		
MRE	1.674		
Perdas e diferenças	(422)	-4,2%	

CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

CER: Contrato de Energia de Reserva.

CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).

MRE: Mecanismo de Realocação de Energia.

CG: Centro de Gravidade do Submercado (diferença entre a energia faturada e a recebida no CG).

¹ Suprimento de energia a distribuidora agente da CCEE, através de Contrato Bilateral Regulado - CBR

Venda de energia - Na tabela a seguir são apresentadas as vendas totais de energia da Copel Geração e Transmissão e parques eólicos:

Classe	Em GWh		Variação
	jan a jun 2019	jan a jun 2018	
Copel Geração e Transmissão			
CCEAR (Copel Distribuição)	62	43	44,2%
CCEAR (outras concessionárias)	1.087	413	163,2%
Consumidores livres	2.003	1.870	7,1%
Contratos bilaterais (Copel Comercialização)	2.351	1.362	72,6%
Contratos bilaterais ¹	1.728	2.730	-36,7%
CCEE (MCP) ¹	629	845	-25,6%
Total da Copel Geração e Transmissão	7.860	7.263	8,2%
Parques Eólicos			
CCEAR (outras concessionárias)	653	416	57,0%
CER	455	177	157,1%
Total dos Parques Eólicos	1.108	593	86,8%
Total	8.968	7.856	14,2%

Observação: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

¹ Garantia Física alocada no período, após impacto do GSF.

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica / CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado / MCP: Mercado de Curto Prazo / CER: Contrato de Energia de Reserva.

2 Administração

Quadro de empregados

Empregados	jun 2019	jun 2018
Copel Geração e Transmissão	1.675	1.728
Controladas		
UEG Araucária	17	17
	1.692	1.745

3 Tarifas

Tarifas de suprimento de energia

Tarifas de suprimento de energia - R\$/MWh	jun 2019	jun 2018	Variação
Leilão - CCEAR 2011-2040	222,24	212,99	4,3%
Leilão - CCEAR 2013-2042	240,17	229,94	4,4%
Leilão - CCEAR 2015 - 2044 (a)	176,99	162,98	8,6%
Leilão - CCEAR 2018 - 2048	170,38	-	-
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	289,39	255,85	13,1%

Com PIS/COFINS. Líquida de ICMS.

(a) Para o ano de 2018, a energia de Colíder foi submetida ao MCSD de Energia Nova. O atendimento dos CCEARs está sendo realizado parcialmente na proporção da entrada em operação comercial das suas unidades, conforme liminar sob a ação n.º 1018935-95.2017.4.01.3400.

4 Resultado Econômico-Financeiro

Receitas (NE nº 30)

A Receita operacional líquida, acumulada até junho de 2019, atingiu R\$ 1.943.319 montante 10,2% superior aos R\$ 1.763.896 registrados no mesmo período de 2018.

Essa variação decorreu, principalmente, pelos seguintes fatos:

- a) aumento de 10,4% na Receita de fornecimento de energia elétrica, em virtude principalmente da atualização dos preços de venda dos contratos existentes e pelas novas operações;
- b) acréscimo de 15,4% na Receita de suprimento de energia elétrica, sobretudo pelo aumento nas vendas através de contratos em ambiente regulado, face a entrada em operação de novos empreendimentos;
- c) redução de 20,0% em Receita de Construção face o menor custo de construção no período;
- d) aumento de 86,2% em Outras Receitas Operacionais refletindo sobretudo o aumento na prestação de serviços de operação, manutenção e engenharia para terceiros.

Custos e Despesas Operacionais (NE nº 31)

O total de custos e despesas operacionais atingiu R\$ 979.954 no primeiro semestre de 2019, valor 3,6% superior aos R\$ 945.953 registrados no mesmo período de 2018. Os principais destaques foram:

- a) decréscimo de 62,8% na conta Energia elétrica comprada para revenda devido sobretudo pela variação no período do preço PLD, principalmente nos meses de junho;
- b) aumento de 17,8% em encargos de uso da rede elétrica em virtude, principalmente, do aumento tarifário e dos encargos da infraestrutura de transmissão disponibilizada aos novos empreendimentos de geração com início em 2019;
- c) redução de 16,7% na conta Pessoal e administradores em virtude principalmente da provisão para demissões incentivadas, no montante de R\$ 28.860, registrada em 2018 e sem efeitos em 2019 face ao encerramento do programa, pela redução do quadro de empregados e política de redução de custos; compensada parcialmente pelo reajuste salarial, conforme acordo coletivo, de 3,97% em outubro de 2018;
- d) aumento de 39,3% na conta de Depreciação e amortização decorrente do início da operação comercial em 2019 das usinas de Colíder, Cutia e Baixo Iguaçu;
- e) acréscimo de 56,8% em provisões e reversões, devido, principalmente à provisão de perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos (NE nº 16.7);
- f) redução de 45,2% no custo de construção face a conclusão de obras de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, exceto pelas obras em andamento do contrato de concessão nº 006/2016 (NE nº 2);

- g) aumento de 350,1% em outros custos e despesas operacionais devido a menor recuperação de custos com fornecedores de bens e subvenção setorial.

Resultado da Equivalência Patrimonial

Resultado do período de 2019 inferior em 90,1% ao resultado de 2018 em decorrência, principalmente, ao aumento do investimento e a postergação da entrada em operação dos ativos de transmissão do contrato de concessão nº 001/2014 em construção pela SPE Mata de Santa Genebra.

Resultado Financeiro (NE nº 32)

O decréscimo de R\$ 60.298 no resultado financeiro, correspondente a 30,8% comparado com o mesmo período de 2018, deve-se principalmente pela menor atualização do acordo firmado com fornecedor em 2018, não recorrente em 2019, e aumento de despesas financeiras decorrente do maior valor com encargos da dívida.

Lajida

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda*) está demonstrado a seguir:

Consolidado	30.06.2019	30.06.2018
Lucro líquido do período	453.408	461.987
IRPJ e CSLL diferidos	25.550	(9.846)
Provisão para IRPJ e CSLL	236.618	252.843
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	255.948	195.650
Lajir/Ebit	971.524	900.634
Depreciação e Amortização	236.566	169.840
Lajida/Ebitda	1.208.090	1.070.474
Receita Operacional Líquida - ROL	1.943.319	1.763.896
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	62,2%	60,7%

O Lajida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527/2012. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia o divulga porque o utiliza para medir o seu desempenho.

O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Membros MOACIR CARLOS BERTOL
CASSIO SANTANA DA SILVA

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Especialista Financeiro CARLOS BIEDERMANN
Membros LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA
LEILA ABRAHAM LORIA
OLGA STANKEVICIUS COLPO

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares DEMETRIUS NICHELE MACEI
HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR
Membros Suplentes JOÃO LUIZ GIONA JR
OTAMIR CESAR MARTINS

DIRETORIA

Diretor Presidente MOACIR CARLOS BERTOL
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

Informações sobre este relatório:

Relações com investidores: Fone: +55 (41) 3222-2027
ri@copel.com

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Copel Geração e Transmissão S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Copel Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e sua firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 14 de agosto de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO SEGUNDO TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2019**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 2º trimestre de 2019 aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião desta data. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos conselheiros antecipadamente à reunião e discutidas previamente com a Administração e com a auditoria independente. Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do trimestre, nas análises efetuadas, no acompanhamento das discussões sobre os controles internos e nos esclarecimentos prestados pela Administração e a auditoria independente, e, considerando ainda o Relatório de Revisão Limitada dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2019, e opinam que tais demonstrações podem ser divulgadas.

Curitiba, 14 de agosto de 2019

/s/

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

/s/

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

/s/

OTAMIR CESAR MARTINS

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Geração e Transmissão S.A.- Copel GeT, sociedade anônima de capital aberto, categoria “B”, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.370.282/0001-70, para fins do disposto no inciso II, parágrafo 1º, do artigo 29 da Instrução CVM nº 480/2009, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativamente às informações financeiras intermediárias da Copel, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR de 30.06.2019; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras intermediárias da Copel, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR de 30.06.2019.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 14 de agosto de 2019

/s/

Moacir Carlos Bertol
Diretor Presidente

/s/

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com
Investidores

/s/

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações
Institucionais